



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – HIS

TALITA LIMA DOS SANTOS

**MULHERES CHILENAS E A DITADURA DE PINOCHET:
O RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA MARCADA PELA
QUESTÃO DE GÊNERO.**

Brasília, DF
2017

TALITA LIMA DOS SANTOS

**MULHERES CHILENAS E A DITADURA DE PINOCHET:
O RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA MARCADA PELA
QUESTÃO DE GÊNERO.**

Monografia apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Graduação em
História, com grau de Licenciada e
Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa de
Andrade Faria.

Brasília – DF
2017

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em História. Qualquer citação atenderá as normas éticas científicas.

TALITA LIMA DOS SANTOS

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel Barbosa de Andrade Faria. (Orientador)

Prof.^a Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques

Prof.^a Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

Monografia apresentada em: 25 de agosto de 2017.

Brasília, DF
2017

“O que sabe você das ambições? Eu queria me casar, ter filhos, como qualquer outra mulher. Eu fui lançada no coração do meu tempo. Eu levantei nas praças o meu primeiro cartaz. E eles vieram e fizeram fogo, amigos morreram, me prenderam, me deixaram muitos dias numa cela imunda, com ratos mortos, me deram choques elétricos, me seviciaram e me libertaram, as marcas... E mesmo assim eu levei meu segundo, terceiro e sempre cartazes e panfletos. E nunca por orgulho, era uma coisa maior, em nome da lógica dos meus sentimentos. E se forem as ambições normais de uma mulher normal? De que outra ambição posso falar que não seja de felicidade entre pessoas solidárias e felizes?”

(Terra em Transe)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo tratar sobre a violência política marcada pela questão de gênero na ditadura chilena (1973 – 1990) e, particularmente, como o movimento de mulheres traçaram uma forte participação contra o autoritarismo, fazendo convergir as pautas feministas e o retorno da democracia. Especificamente, se pretende compreender como as mulheres conquistaram um espaço de articulação política mesmo em um regime ditatorial. Quando as mulheres utilizaram os espaços públicos como cenário de reivindicação de direitos elas passam a transgredir a ordem patriarcal e o papel secundário no qual estavam submetidas, nesse momento essas mulheres começam a ser consideradas inimigas internas sendo punidas por transgredirem seu papel secundário feminino. Em contexto de ditadura, a discriminação contra a mulher, marca de uma sociedade patriarcal, é explorada e atinge altos níveis de crueldade e brutalidade. As mulheres que lutaram por mudanças ou resistiram ao regime autoritário, os agentes da ditadura agiram com particular violência com a finalidade de destruí-las, enquadrá-las e de recoloca-las no seu “lugar de mulher”.

Palavras chaves: Mulheres; Feminismo; Política; Ditadura; Autoritarismo; Violência Sexual; Violência Política.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo tratar sobre la violencia política marcada por la cuestión de género en la dictadura chilena (1973 - 1990) y, particularmente, cómo el movimiento de mujeres trazó una fuerte participación contra el autoritarismo, haciendo converger las pautas feministas y el retorno de la mujer democracia. Específicamente, se pretende comprender cómo las mujeres conquistaron un espacio de articulación política incluso en un régimen dictatorial. Cuando las mujeres utilizaron los espacios públicos como escenario de reivindicación de derechos, pasan a transgredir el orden patriarcal y el papel secundario en el que estaban sometidas, en ese momento esas mujeres empiezan a ser consideradas enemigas internas siendo castigadas por transgredir su papel secundario femenino. En el contexto de la dictadura, la discriminación contra la mujer, marca de una sociedad patriarcal, es explotada y alcanza altos niveles de crueldad y brutalidad. Las mujeres que lucharon por cambios o resistieron al régimen autoritario, los agentes de la dictadura actuaron con particular violencia con el fin de destruirlas, enmarcarlas y de relocalarlas en su "lugar de mujer".

Palabras claves: Mujeres; Feminismo; Política; Dictadura; Autoritarismo; Violencia sexual; Violencia política.

ABSTRACT

The present research has as objective to deal with the political violence marked by the issue of gender in the Chilean dictatorship (1973-1990), and particularly as the women 's movement drew a strong participation against authoritarianism, converging the feminist patterns and the return of democracy. Specifically, it seeks to understand how women have conquered a space of political articulation even in a dictatorial regime. When women used the public spaces as a scenario for claiming rights they transgressed the patriarchal order and the secondary role in which they were subjected, at that moment these women began to be considered internal enemies being punished for having transgressed their female secondary role. In the context of dictatorship, discrimination against women, the hallmark of a patriarchal society, is exploited and reaches high levels of cruelty and brutality. Women who fought for change or resisted the authoritarian regime, the agents of the dictatorship acted with particular violence for the purpose of destroying them, framing them and putting them back in their "women's place".

Key words: Women; Feminism; Policy; Dictatorship; Authoritarianism; Sexual Violence; Political Violence

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Participação Feminina na Política Chilena	15
1.1 - O Silêncio Feminista no Chile	16
1.2 - Participação Política Feminina x Autoritarismo.....	17
Capítulo 2 - Mulheres e a Ditadura Militar no Chile.....	20
2.1 - A Mulher como Afirmação da Ditadura.....	22
2.2 – A Mulher como Negação da Ditadura.....	24
Capítulo 3 – Participação Feminina na Ditadura Chilena e o Reconhecimento da Violência Sexual como Instrumento de Violência Política.	34
3.1 – Violência Sexual como Mecanismo de Violência Política.....	36
3.2 – Ditadura Chilena x Escravidão sexual contra as Mulheres.....	40
Considerações Finais.....	51
Referências.....	53

LISTA DE SIGLAS

AMCH: Acción de Mujeres de Chile.

CLADEM: Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los derechos de la Mujer.

CODEM: Comisión de Derechos de la Mujer.

DINA: Dirección de Inteligencia Nacional.

FPMR: Frente Patriótico Manuel Rodríguez.

INSGENAR: Instituto de Género, Derecho y Desarrollo.

MENCH: Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile.

MIR: Movimiento Izquierda Revolucionaria (Chile).

MUDECHI: Mulheres de Chile.

UCHM: União das Mulheres chilenas.

RLAJT: Rede Latino-Americana de Justiça de Transição.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I - Ato de mulheres chilenas no Teatro Caupolican 1983.

FIGURA II - Marcha Somos Mas – 1985.

FIGURA III - Marcha Somos Mas – 1985.

FIGURA IV - Panfleto da Marcha: No Mas Porque Somos Mas. 1986.

FIGURA V - Mulheres na Marcha: No Mas Porque Somos Mas. 1986.

INTRODUÇÃO

A história política da América Latina no século XX, especialmente durante a segunda metade, é marcada por momentos de muita tensão e de diferentes projetos e ideologias. Tendo em vista o contexto da Guerra Fria e a influência dos Estados Unidos nos países de terceiro mundo, as doutrinas políticas de segurança estabelecidas nesse contexto acabaram se difundindo na América latina e em outros continentes por meio das escolas militares. O Chile não foi exceção, na segunda metade do século XX viveu um momento de explosão de certas dicotomias; que estiveram em um fervoroso confronto que atingiu e deixou fortes marcas em toda população chilena. Um violento golpe de Estado liderado pelo então General Augusto Pinochet colocou fim ao governo de Allende, e o Chile entrou em um período sombrio de sua história, sendo comandado com mãos de ferro pelo General.

Esta pesquisa tem como objetivo tratar sobre a violência sexual como instrumento de violência política durante a ditadura chilena (1973-1990), mais precisamente, o trabalho tem a intenção de abordar como as agências femininas e feministas constituíram um importante papel para o reconhecimento da violência política marcada pelas questões de gênero. Para que essa relação fosse possível, encontramos a necessidade de articular o papel das agências femininas no Chile com o contexto social de mulheres na sociedade da época e posteriormente o enfrentamento desses movimentos frente ao autoritarismo.

Dentro da violência política desencadeada na ditadura no Chile, as mulheres foram alvos específicos. Homens foram vítimas das mesmas modalidades de violência, mas havia também especificidades que diziam respeito à sua condição de mulher. Independentemente de idade, etnia, classe, campo de atuação e experiência vivida a condição de mulher atraía determinadas ações de violência contra as militantes políticas. O teor da violência sexual, das ameaças dos abusos obriga reconhecer uma dimensão particular da violência política dirigida as mulheres vítimas da ditadura no Chile que pode ser percebido nos depoimentos apresentados e que estão presentes nessa pesquisa.

Este trabalho de conclusão trata justamente disto, da compreensão de que o tratamento dado pela ditadura de segurança nacional chilena ao “inimigo” foi diferente comparado à “inimiga”. Certamente essa inimiga sofreu as mesmas lógicas e modalidades de violência que sofreram os militantes homens; contudo, elas acumulavam, ainda, a condição de mulher sofrendo toda a discriminação que uma cultura patriarcal secular

impôs sobre elas e que se expressou em práticas de torturas específicas e profundamente destabilizadoras e traumáticas.

A violência sexual contra as mulheres é uma realidade que transcende culturas, sociedades e gerações. Ao longo da história, em situações de conflito civis, nas guerras ou em contextos repressivos, muitas meninas e mulheres têm sido as principais vítimas desse tipo de violência. Em todo mundo e em diversas culturas, podemos encontrar inúmeros relatos de vítimas que sofreram com esse tipo de crimes. Os estudos voltados para esse tipo de temática vêm avançando de maneira satisfatória em países europeus e norte americano nesses países o foco dos estudos estão em sua maioria direcionados nos crimes ocorridos no continente europeu, africano e asiático, esses estudos partem de situações centrais de violência nesses territórios¹. No caso da América Latina, apesar da produção desse tipo de estudo ser ainda pequena, nos últimos dez anos as pesquisas relacionadas à violência sexual de mulheres em situação de conflito armado vêm avançando e começou a mudar o panorama desses crimes.

O trabalho intitulado *Grietas en el silencio: una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*² de 2011 foi resultado de uma pesquisa realizada por duas organizações não governamentais de mulheres, o *Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los derechos de la mujer* (CLADEM)³ e o Instituto de Género, Derecho y Desarrollo⁴ (INSGENAR)⁵. Esta pesquisa é uma das primeiras

¹ CANTREIRAS, Janaína Athaydes. Terrorismo de Estado e Violência Sexual na Ditadura Brasileira. – 2016. p. 25.

² *Grietas en el silencio: Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. Rosário CLADEM, 2011. Disponível em: <http://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/CS/article/view/471>

³ CLADEM, se define como: “es una red feminista que trabaja desde 1987 para contribuir a la plena vigencia de los derechos de las mujeres en Latinoamérica y el Caribe, utilizando el derecho como una herramienta de cambio. CLADEM incide en la defensa y exigibilidad de los derechos humanos de las mujeres mediante el litigio internacional, el monitoreo a los Estados, y el fortalecimiento de la capacidad de sus integrantes. Cuenta con estatus consultivo con Categoría II ante las Naciones Unidas desde 1995 y goza de reconocimiento para participar en las actividades de la OEA desde el 2002”. Disponível em: www.unr.edu.ar/descargar.php?id=7754

⁴ El Insgenar nace como organización no gubernamental en 1994 y cuenta con personería jurídica ante la Fiscalía de Estado N 834/95. Está compuesto por un equipo interdisciplinario, especializado en la defensa y promoción de los derechos humanos de mujeres y niñas. Posee Status Consultivo ante la Organización de Estados Americanos (OEA) aprobado por el Consejo Permanente en su sesión del 17 de marzo de 2004, de conformidad con las Directrices adoptadas por la OEA mediante resolución CP/RES.759. Disponível em: <https://insgenar.wordpress.com/about/>

⁵ Esta pesquisa é uma das primeiras produções realizada na Argentina sobre a perspectiva da violência sexual no marco do terrorismo de Estado. Este trabalho foi realizado porque tanto o Comitê quanto o Instituto prestaram uma intervenção assistencial para a Camara Federal de apelaciones de Menzonza, a fim de argumentar sobre a necessidade de considerar a violência sexual como delitos autônomos e independentes de delitos de tormento.

produções realizadas na Argentina e aborda diferentes aspectos da violência sexual sofrida por mulheres e homens nos centros clandestinos de detenção, nas dependências policiais e penitenciárias durante o terrorismo de Estado na Argentina.

No Chile, o trabalho quem vem ganhando espaço no debate sobre resistência feminina no período e a violência sexual como instrumento de violência política na ditadura chilena é a obra *Mujeres tras de la rejas de Pinochet*⁶– 2015, o livro de Vivian Lavín resgata a história das ex militantes do MIR⁷ E da FPMR⁸, Valentina Álvarez, Gina Cerda y Elizabeth Rendic, aborda a circunstâncias em que elas foram detidas, a vida que levaram nos centros de detenção e os interrogatórios que eram submetidas. Também retrata a reconstrução da vida dessas mulheres, o que encontraram ao sair da prisão e a vida que haviam conhecido em um novo país.

Nesse sentido, o trabalho está organizado em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo está dedicado em esboçar como o movimento de mulheres passaram a integrar o cenário político, e quais reivindicações passaram a surgir com o florescimento da agências femininas no Chile. O capítulo se esforça em entender de que maneira se deu a crise do movimento feminino e a fragmentação da representação do papel feminino na política, resultando com que as reivindicações femininas no cenário político se fragmentasse, constituindo assim um cenário de crise dentro dessas agências. Este capítulo aborda também, a maneira na qual as mulheres responderam ao golpe e consequentemente ao autoritarismo.

No segundo capítulo, apresentaremos a participação da mulher chilena na ditadura em dois aspectos: O de negação e o de afirmação. As mulheres foram as maiores destinatárias das mensagens da ditadura, Pinochet e seus militares tinham o objetivo claro de incentivar sistematicamente as mulheres para o cumprimento do papel de mãe e de esposa. A ditadura chilena fez uso de ferramentas de poder político, repressivo e de comunicações para conservar seu apoio econômico e ideológico para as mulheres que contribuíssem para essa doutrina. Nesse sentido, a mulher forma parte do sustento da ditadura. Porém, esse mesmo papel de mãe e esposa, em condições de brutal repressão e desamparo, transforma crescentemente as mulheres em uma força eficaz de oposição. Junto ao movimento social que começou a se desenvolver na década de 80, as mulheres

⁶ LAVÍN, Vivian. *Mujeres tras de la rejas de Pinochet*. Chile: Ediciones/Radio Universidad de Chile, 2015.

⁷ Movimiento Izquierda Revolucionaria (Chile).

⁸ Frente Patriótico Manuel Rodríguez.

se consolidaram como autoras conscientes, tanto no cenário propriamente político quanto a sua opressão de gênero. Sua busca se projeta do término da ditadura até o aprofundamento da democracia em todas as estruturas da sociedade. Outra questão abordada no capítulo, e a ideia do governo militar colocando as mulheres chilenas sob uma dupla ditadura: além da milenária dominação de gênero expressada desde a organização patriarcal na sociedade chilena, se agrega com a ditadura a dominação política sob elas.

O terceiro capítulo dedica-se a refletir sobre a violência sexual como instrumento de violência política. Quando as mulheres criaram um movimento com agenda feminina de reivindicações de direito elas começaram a transgredir uma ordem patriarcal na qual estavam milenarmente submetidas. Com a repressão sendo cada vez mais violenta as mulheres passaram a ser vítimas de várias formas de tortura, incluindo a violência sexual. Nesse cenário, procuramos relacionar a violência sexual como mecanismo de escravidão sexual.

La esclavitud sexual femenina está presente en TODAS aquellas situaciones en que mujeres y niñas no pueden cambiar las condiciones inmediatas de su existencia; donde, independientemente de cómo llegaron a esas condiciones, no pueden salir de ellas; y en las que son sometidas a violencia sexual y explotación⁹.

Para melhor compreensão da violência sexual na ditadura como mecanismo de escravidão sexual, utilizamos como base o trabalho da antropóloga chilena Ximena Bunster *Sobrevivendo Más Allá del Miedo – 1991*¹⁰, esse trabalho realça algumas diretrizes importantes sobre o processo de tortura das prisioneiras políticas na ditadura. Bunster afirma que nos regimes militares do Cone Sul foram desenvolvidos castigos específicos dirigido à mulher, especificamente as mulheres militantes. A autora denomina a ação que empreende os regimes militares como *escravidão sexual feminina*, especialmente pela ordem patriarcal enraizado no contexto latino americano. Para corroborar com aos argumentos desenvolvido pela autora, além de outras pesquisas serem utilizadas no capítulo, foi necessário articular esses argumentos com o testemunho de mulheres vítimas de tortura sexual na ditadura chilena.

⁹ BARRY, 1979 apud BUNSTER, 1991, p. 42.

¹⁰ BUNSTER, Ximena. *Sobrevivendo Más Allá del Miedo*. Ediciones de las Mujeres, Nº 15. 1991

1. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA CHILENA

No Chile, muitas organizações femininas nascidas no final do século XIX ganharam força e ampliaram a participação das mulheres em setores da sociedade no século XX, como educação, saúde e política¹¹. Essas organizações promoveram a necessidade da emancipação social feminina e geraram um grande debate em torno da atuação da mulher na esfera pública do país.

Em 1935, nasce, no Chile, o MENCH¹², movimento de mulheres que promoveu uma grande pauta a respeito da participação feminina na política. O que separava o MENCH das outras organizações femininas da época, era a efetiva incorporação de mulheres pertencentes às correntes políticas progressistas e independentes, com a finalidade de atender as demandas de cada grupo e de acordo com cada problemática¹³. O movimento paulatinamente foi ganhando espaço no cenário político chileno e reforçando a ideia da ampliação do voto feminino que aconteceria em 1949¹⁴. Com o direito ao voto consolidado e com uma participação mesmo que ainda insuficiente, os movimentos de mulheres na política começaram a ganhar espaço.

Contudo, esse cenário passaria a mudar no início da década de 50. Embora ainda houvesse grandes preocupações sociais estruturais por parte dos grupos de mulheres que obtiveram conquistas importantes nas décadas anteriores, é possível observar um forte senso de dominação patriarcal na análise do movimento feminista da época.

A crise do feminismo no Chile pode ser entendida, também, pelo aspecto de que as mulheres canalizaram suas energias para reivindicar o direito ao voto¹⁵, porém não haviam elaborado sua própria especificidade política. Podemos dizer com isso, que as reivindicações femininas partiram para um ponto muito específico dentro da política

¹¹ ELTIT, Diamela. *Cronica del Sufragiu Femenino in Chile*. Publicação patrocinada pelo Serviço Nacional de la Mujer – SERNAM. Santiago Chile, 1994. p. 18.

¹² *Movimiento Pro-Emancipación de las Mujeres de Chile*. (1935 – 1953) Fundado por Elena Caffarena, o Movimento permaneceu ativo durante 18 anos e desempenhou um papel de liderança nas lutas travadas pelas mulheres da época.

¹³ ELTIT; op. cit.; p. 53.

¹⁴ É importante observar, que as mulheres chilenas conquistaram o direito de votar em 1931, porém apenas para eleições municipais, foi um voto restringindo e quase de caráter experimental. A ampliação do voto feminino só aconteceria em 1949 com a promulgação da lei Nº: 9292.

¹⁵ A conquista das mulheres no movimento sufragista no Chile foi muito além do direito ao voto, porém o que alguns autores abordam foi a dificuldade do feminismo de recuperar e descobrir a história da condição feminina. O que dificultou a criação de pautas específicas para com as necessidades das mulheres na sociedade.

chilena. Foi esperado por muito tempo que fosse criada uma teoria lógica e estruturada para se formar o próprio movimento feminino no cenário político, isso acabou permitindo que a discriminação específica contra as reivindicações de caráter feminino aparecessem disfarçada.

1.1. O SILÊNCIO FEMINISTA NO CHILE

Com trabalho da socióloga chilena Julieta Kirkwood *La Política del Feminismo en Chile- 1983*¹⁶, podemos entender como e quando as reivindicações do movimento feminino no país começaram a perder expressão. A autora chama atenção para um acontecimento muito importante. Segundo ela, com o direito de votar adquirido e com algumas demandas atendidas, as mulheres migram para partidos políticos e as reivindicações de caráter feminino acabam perdendo identidade¹⁷. Dessa maneira, quase universalmente se chegou a evidência de que não importava quão longa e árdua foi a luta sufragista, os movimentos feministas haviam se dissolvido quando as mulheres obtiveram o direito de votar¹⁸.

...las mujeres hemos heredado una historia general y una historia de la política en particular, narrada y constituida solo por hombres, lo que ha supuesto una cierta desviación que nos ha dejado en el silencio e invisibles frente a la historia¹⁹.

Nesse cenário, as dimensões das reivindicações contra a opressão sexual estavam ausentes das propostas políticas, qualquer que fosse a sua ideologia, apesar da relativa evidência de que a opressão e discriminação sexual fossem elementos de constante indício nas estatísticas sociais. Desse modo, as pautas políticas peculiaridade feminina muitas vezes se confundiam com as demandas voltadas apenas para a relação mãe-filho, deixando de lado as reivindicações sociais e culturais nas quais a mulher estava milenarmente discriminada, contribuindo desse modo para que a condição feminina permanecesse substancialmente no âmbito privado²⁰.

Essa inerte situação feminina no âmbito privado e sua posição de subalternidade contribuíram diretamente para que a participação política das chilenas estivesse em um

¹⁶ KIRKWOOD, Julieta. *La Política del Feminismo en Chile*. Programa Flacso-Santiago de Chile. Nº 183, Juno de 1983.

¹⁷ KIRKWOOD; op. cit.; p. 15

¹⁸ KIRKWOOD, Julieta. *Feminismo y Participación Política en Chile*. Programa Flacso-Santiago de Chile. Nº 159, Octubre de 1982. p. 10

¹⁹ KIRKWOOD; op. cit.; p.2

²⁰ KIRKWOOD, Julieta. *La Política del Feminismo en Chile*. Programa Flacso-Santiago de Chile. Nº 183, Junho de 1983. p. 17

plano muito distante, e esse silêncio feminino frente aos anseios políticos representou uma quebra de expectativas na atuação das mulheres no universo público da sociedade.

1.2. PARTICIPAÇÃO POLITICA FEMININA X AUTORITARISMO

Na década de 70, no decorrer da ditadura no Chile o imediatismo do movimento feminista chamou atenção. Kirkwood no seu trabalho, *Feminismo y Participacion Politica em Chile – 1982*²¹ reforça a ideia de que o feminismo chileno da época era apenas emergente e que não houve o devido tempo de teorizar dar sentido e coerência as principais necessidades que as mulheres buscavam reverter. Como a falta de emprego, de assistência à saúde nos setores populares, da desigualdade salarial entre outras privações.

Nesse sentido, as pautas emergenciais voltadas à mulher representadas pelo movimento feminista nos anos 70 no Chile, não conseguiram teorizar uma reflexão que estivesse relacionado com os problemas que poderiam surgir com o autoritarismo imposto pela ditadura, o que fez com que as mulheres das classes mais populares desconhecassem as necessidades nas quais estavam inseridas²². Podemos entender com isso, que uma vez que a mulher é reconhecida como sujeito capaz de mostrar e aplicar suas competências, se abre uma nova paisagem social e cultural na qual a mulher, paulatinamente, vai começar a interrogasse em torno da inferioridade e da sua situação legal, além das restrições civis que ela vive. Assim, o movimento de mulheres chilenas no combate à repressão da ditadura poderia ter sido maior se as pautas do movimento feministas estivessem produzindo reflexões de desenvolvimento nos quais, as mulheres imprimem suas necessidades e consequentemente suas ações.

Desse modo, a emergência da temática e do movimento feminista acabou sendo interpretada como irrelevante e distante das urgências mais concretas da sociedade chilena submetida ao autoritarismo militar. Logo, a esta questão se relaciona com a presença tardia e passiva das mulheres frente à política na ditadura, a imobilização da maioria das mulheres chilenas frente as políticas de repressão contribuíram para a marginalização do movimento de mulheres militantes que estavam engajadas para o retorno na democracia.

Contudo, a participação política feminina desencorajada por meio dos costumes culturais que submetiam as mulheres na esfera privada da sociedade, acabou por fomentar

²¹ Idem. p. 01.

²² KIRKWOOD; op. cit.; p.2

a violência vivida pelas mulheres que militavam as quais ouviam de maneira truculenta e violenta que elas deveriam voltar ao seu “lugar de mulher”, ou como se dirigiu o chefe carabineiro da DINA²³ *“lo único lugar de la mujer en la movilización es con las patitas abietas”*²⁴.

A falta de militância feminina na ditadura chilena pode não apenas ter fomentado a situação de violência vivida pelas mulheres que militavam contra o regime autoritarista, mas o que podemos pensar a respeito dessa ausência feminina na participação política no Chile, é que as mulheres não conseguiram transgredir a ordem patriarcal na qual elas estavam expostas, isso como foi dito, se deve a uma formulação política imediatista que o movimento feminista chileno optou por teorizar e sem dúvida, ao forte subalternidade feminina na esfera pública e sua passiva e secundária posição na sociedade e nas culturas latino-americanas em geral.

O que queremos ressaltar é que a falta de organização e de desarticulação do movimento feminista inseridos nas políticas de promoção da mulher no Chile, não conseguiram fazer de maneira massiva com que elas compreendessem a importância de lutar contra a repressão, as mulheres já reprimidas não conseguiam enxergar sua atitude frente ao autoritarismo já que elas já estavam condicionadas nessa “sensação” de privação desde sua colonização, o que não fazia sentido lutar por causas que até então eram desconhecidas. Nesse sentido, as políticas que podiam ser de desenvolvimento no período passaram a se estabelecer como políticas de defesa pois, dessa maneira a necessidade feminina fazia mais sentido²⁵.

Obviamente, esta é uma reflexão que transcende os temas da mulher na política chilena no período, mas podemos entender como isso que onde o movimento feminista estava inserido, foi o que determinou o significado dos temas que envolviam a socialização do poder e da luta concreta contra o autoritarismo que já estava estruturado socialmente no país.

Não cabe julgar a condição do movimento feminista chileno da década de 70, sem atribuir sua conjuntura dentro de situações nas quais ainda não estavam preparadas para

²³ **Dirección de Inteligencia Nacional – DINA.** Foi criada oficialmente em meados dos anos 70. Com agentes treinados por oficiais de inteligência dos Estados Unidos na Escola das Américas – Instituição mantida pelo EUA para doutrinar Exércitos na América Latina, e tinha ampla liberdade para investigar e deter para averiguações quaisquer pessoas envolvidas com movimentos contrários ao regime.

²⁴ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tgjQzXHTA4&t=458s>

²⁵ KIRKWOOD; op. cit.; p. 6

lidar. A crítica de Kirkwood à inércia do movimento Feminista ou sua relação com demandas que não geravam desenvolvimento das mulheres, é importante para compreender a lenta participação feminina contra o governo de Pinochet, mas como veremos, nos anos 80 o movimento feminista no Chile ganha apoio de outras organizações femininas que possibilitou um forte progresso nos debates sobre a participação e exigências de direitos das mulheres na esfera pública da sociedade.

A incorporação das mulheres no mundo político será para o movimento feminista, um processo de transformador. Assim, o feminismo contemporâneo que nasceu com o patriarcado nas costas, reaparece com força em um momento em que se impera uma importante deslocação ideológica, uma perda inquietante de perspectivas, o que não pode ser explicado apenas por uma razão subjetiva²⁶. E foi desse momento que se fez também evidente a necessidade do feminismo de recuperar e descobrir a história da condição feminina.

Então, quando um grupo oprimido toma-se sujeito consciente da sua própria contracultura, é quando toma consciência de si mesmo e de sua identidade frente às intenções provocadas por seus anseios e necessidades sociais²⁷. Assim, a necessidade da mulher chilena de ingressarem no campo político, não era apenas criar um eixo puramente arbitrário para se estabelecer na corrente das demandas de valorização feminina, mas também para tomar consciência de sua posição e principalmente de si mesma. O surgimento da necessidade de identidade surge em primeiro momento com consciência de sua carência, e mais adiante como consciência de sua possibilidade de uma revolução própria.

²⁶ KIRKWOOD; op. cit.; p.7

²⁷ Ídem, p. 22.

2. AS MULHERES E A DITADURA MILITAR NO CHILE

Em 1973 cobre o Chile de pesadas nuvens. O general Augusto Pinochet, chefe da tropa que derrubou o presidente socialista legitimamente eleito Salvador Allende e instaurou a ditadura no país, se tornava oficialmente chefe supremo da nação. Uma sangrenta e cruel ditadura se impõe, aniquilando em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico” qualquer tipo de manifestação que abale a “segurança de Estado”.

Desse modo, o governo militar coloca as mulheres chilenas sob uma dupla ditadura: além da milenária dominação de gênero expressada desde a organização patriarcal na sociedade chilena, se agrega com a ditadura a dominação política sob elas.

Aos quatorze anos do golpe no Chile, a socióloga Tereza Valdés publicou seu trabalho, *Las Mujeres y la Dictadura Militar en Chile – 1987*²⁸, onde fez uma importante reflexão da ação das mulheres na ditadura. Para Valdés, as chilenas expressaram um duplo movimento sob a ditadura: O de afirmação e o de negação.

Antes de entrar na reflexão sobre o movimento de negação e afirmação das mulheres é importante entender em que aspectos a condição feminina estava organizada.

A sociedade chilena é parte da tradição patriarcal latino-americana. E nessa tradição e de acordo com o modelo tradicional da família e o desenvolvimento capitalista vigente a mulher é encarregada da reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho e da sua socialização²⁹ (casar, ter filhos, cria-los, educa-los, alimentar a sua família, cuidar das necessidades básicas, etc...). Estas atividades conferem a mulher a sua concentração no âmbito privado-domestico. Este efeito permite a liberação da mão de obra masculina para conduzir, participar e explorar o aparelho reprodutivo feminino e de impor a mulher à tarefa de socializadora.

Este modelo básico de dominação não se apresenta de forma homogênea, ele sofre transformações ao longo da história chilena de acordo com as crises econômicas e as mudanças no sistema de produção e também a partir da elevação dos níveis de educação

²⁸ VALDÉS, Teresa. *Las Mujeres y la Dictadura Militar em Chile*. Biblioteca FLACSO Santiago – Chile. Nº 94, Março 1987.

²⁹ Idem, p. 5.

e participação da mulher, porém o modelo básico seguiu sendo o mesmo no período ditatorial e os papéis destinados à mulher só foram reforçados com mais dureza no marco do modelo imposto pela ditadura³⁰.

Outra questão importante é que a dominação exercida naquele momento pelo Estado Chileno sobre as mulheres estava revertida ao caráter especial, eram elas as destinatárias da maior parte das mensagens da ditadura³¹ tanto na condição econômica quanto a de consumo, as propagandas comerciais, como no nível político em quando socializadoras de novos membros da sociedade: guardiãs da ordem e formadoras da pátria, mantedora de valores nacionais, formadoras dos futuros soldados.

De fato o governo militar desde seus primeiros passos, toma uma clara postura a respeito do papel da mulher na sociedade, além da mera “missão familiar”, as mulheres chilenas foram denominadas como salvadoras da pátria por sua participação no movimento de oposição ao governo da Unidade Popular³². O governo sublinhou a reponsabilidade de renovação espiritual e transmissora de renovadora dos valores sociais do país as mulheres.

No podría este gobierno intentar la ambiciosa empresa de crear um nuevo Estado, sin la participación activa y enérgica de la mujer. (...)

Em su misión de muer y de madre, se dan la mano el pasado y el futuro y el futuro d ela nación, y quien aspire, como gobernante, a proyectar em el tempo uma obra política estable, tiene que contar com la palanca espiritual de su poder³³.

Esse conteúdo parte do discurso realizado pelo general Augusto Pinochet e a junta militar dirigido às mulheres meses depois o golpe de 1973. Nele Pinochet reforça a ideia de que a mulher tinha seu lugar determinado naquele governo e que sua participação política estava relacionada a ordem e o progresso.³⁴ Entre outras palavras, o discurso do ditador enfatiza a reponsabilidade feminina na criação dos filhos e na manutenção do modelo transacional familiar. Sem dúvida, a condição de classe chama atenção sobre essa

³⁰ VALDÉS; op. cit.; p. 7

³¹ Idem; p. 8

³² A ascensão da esquerda no Chile e a Revolução Cubana foi percebido como uma ameaça iminente para a direita política. Neste contexto, as mulheres em 1963 criam uma mobilização própria conhecida como *La Acción de Mujeres de Chile (AMCh)* para parar o avanço do comunismo. Elas encorajaram os contrários ao governo de Allende defendendo a necessidade de um golpe militar.

³³ Discurso pronunciado pelo Presidente da Junta de Governo, General Augusto Pinochet. Dia 24 de abril de 1974. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html> Acesso em: 20/05/2017

³⁴ Idem, p. 1

questão. As mulheres camponesas, de classe média e com o nível de educacional mais baixos estavam inseridas paulatinamente nessas condições. Entretanto, as mulheres populares, identificada como humilde e abnegada, que sofre em silêncio e são capazes de doar a vida em função dos filhos e as mulheres dos setores mais altos da sociedade, senhoras da casa, realizam os trabalhos doméstico com ajuda de uma funcionária do lar, além de mãe e esposa exercem uma profissão no setor público ou privado. Em ambos os casos essas mulheres são o pilar da família³⁵.

O discurso de Pinochet ainda levanta uma questão a ser observado, ao se referir as mulheres chilenas em muitos momentos o general raramente usa outras palavras para definir a mulher. Sistemáticamente os adjetivos como mãe, filha, esposas, foram usados para se dirigir as mulheres, como se esses fossem apenas os adjetivos cabíveis para expressar a condição feminina na sociedade³⁶.

Como foi mencionado, anteriormente a participação feminina na ditadura na visão de Valdés teve dois lados um de afirmação outro de negação, esses foram dois aspectos muito importantes para compreender o movimento das mulheres chilenas frente ao autoritarismo.

2.1.A MULHER COMO AFIRMAÇÃO DA DITADURA

Como vimos, no marco da economia capitalista-patriarcal, a mulher é responsável pela reprodução da força de trabalho, cotidiana e geracional, que fixa seu papel na casa e criação dos filhos, sob a suposição da existência dos recursos fornecidos pelo os homens a casa.

Nesse contexto, o alto índice de desemprego das mulheres e a baixa remuneração acabaram se traduzindo como uma crescente incorporação feminina na força de trabalho, particularmente em setores populares. Nessas condições a incorporação das mulheres no mercado de trabalho nos anos 80 estava majoritariamente no setor informal da economia, o que gerava uma má remuneração e uma grande instabilidade, isso significa dizer que a participação real na produção de bens e serviços ficava muito distante de uma verdadeira autonomia econômica³⁷.

³⁵ ROJAS, Claudia Fedora. **Poder, Mujeres y Cambio en Chile (1964-1973): Un Capitulo de Nuestra Historia**. 1994.

³⁶ Ibidem, p. 4.

³⁷ VALDÉS; op. cit.; p. 7

A mulher que vive sua identidade segundo o modelo cultural de subalternidade, que a incentiva sistematicamente para o cumprimento do seu papel de mãe e esposa e são nesses mesmos papéis ela é super-explorada e manipulada pela ditadura. E nesse sentido, ela passa a ser um apoio econômico do estado em que se encontrava o Chile no período.

Do ponto de vista político o modelo cultural também passa por uma ferramenta de manipulação, a “boa mãe” protege e cuida da família. E os desdobramentos exercidos pelo sistema repressivo se dirige muito particularmente a mulher, fazendo dela um freio potencial a mobilização, e a rebeldia de tanto dela quanto aos que a rodeiam, ante o temor de perder e/ou ver sofrer pessoas próximas a ela.

Os mecanismos que corroboravam para a manutenção da mulher no âmbito provado-domestico levaram a mulher a sustentar a ditadura por meio da manipulação ideológica indireta. Podemos entender essa questão com o que Michelle Perrot chamou de “heroína doméstica”.

As heroínas domesticas, pelos seus sofrimentos, sacrifícios e virtudes, restabelece, a harmonia do lar e da paz da família. Elas têm o poder – e o dever – de agir bem. [...] Esposa e mãe, “divindade do santuário doméstico”, a mulher seria igualmente investida de um imenso poder social, para melhor ou para pior³⁸.

As mulheres dos setores mais populares foram manipuladas diretamente por meio da “*Rede Centros De Madres*³⁹” que era controlado pelo governo. Essas organizações que surgiram no período democrático chegaram a ser um espaço de participação e desenvolvimento de mulheres de vilas comunitárias, mas no período ditatorial serviram como disciplinamento da mulher, sua domesticação e doutrinação. A Rede de Madres era presidida pela então primeira dama Lucía Hiriart Rodríguez e contou com “amplos recursos estatais”, o que deu margem para reforçar a exploração das mulheres e suas necessidades de sobrevivência o que acarretava nas instancias de manutenção da família⁴⁰.

³⁸ PERROT, Michelle, 1928. Os Excluídos da História – Operários, Mulheres e Prisioneiros. P. 188.

³⁹ A *Rede Centros de Madres* também ficou conhecida como *Secretaría de la Mujer* foi criada em 1954. Além de ter servido de disciplinamento e doutrinação político para as mulheres de classe mais baixas, servia de um grande desvio de dinheiro para Pinochet. Pelo menos 236 propriedades acabaram passando para o nome da fundação nos 17 anos de ditadura e, de acordo com evidências reveladas pelos meios de comunicação do país, pelo menos metade das doações foi feita nos momentos finais do regime

⁴⁰ VALDÉS; op. cit.; p. 12

A rede de madres e a *Secretaría Nacional de la Mujer*, em meio a negociações ofereciam cursos no qual as mulheres deveriam aprender não apenas cozinhar, tecer e costurar, elas deveriam também aprender as bondades de Pinochet e seu governo⁴¹.

A estratégia da rede de madre de fornecer subsídios emergências para a mulher, como por exemplo, as mulheres que trabalhavam na Rede além de direito à alimentação, contavam com um atendimento mínimo à saúde básica⁴². O estabelecimento funcionou e alcançou êxito em todo Chile, esta foi uma arma poderosa no controle das mulheres e um reforço de um modelo cultural funcional dos interesses do capitalismo e a partir desses mecanismos a mulher forma parte do apoio a ditadura militar no Chile.

2.2. A MULHER COMO NEGAÇÃO DA DITADURA

A repressão junto à extensão da duração da crise econômica levou o desenvolvimento de um processo inverso que negava a opressão. Esse desenvolvimento se tratava da crescente organização autônoma de mulheres e da sua ação mobilizadora de oposição ao governo autoritário.

Muitas mulheres pelo mesmo modelo cultural que as obstinavam ao um desejo de ser “boa mãe” e “boas esposas” se transformaram em um agente e autora de oposição à ditadura.

A impetuosa repressão iniciada em 1973, impulsionou muitas mulheres a organiza-se com as *Agrupaciones de Familiares de Víctimas de la Represión*⁴³. (Detidos políticos, exilados, executados políticos, etc....) Simultaneamente, diante da necessidade econômica de manter suas famílias, outras mulheres vão se agrupando sob o aparato de igrejas, pequenos restaurantes e organizações que as ajudavam a satisfazer as necessidades mais urgentes de sustento a suas famílias.

No final da década de 70 as mulheres começam a manifestar sua insatisfação com o governo de Pinochet. O primeiro grande ato público de massa realizado no Chile desde o golpe militar foi no dia 8 de março de 1978 (dia internacional da mulher) em meio a

⁴¹ Idem, p. 13.

⁴² Ibidem, p. 12.

⁴³ A primeira *Agrupaciones de Familiares de Víctimas de la Represión* foi a AFDD Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos ela foi criada em 1974 e por meio dela diversas outras cordenações foram sugindo como por exemplo: AFPP, Agrupación de Familiares de Presos Políticos – 1975; AFEP, Agrupación de Familiares de Ejecutados Políticos – 1978, AFEP, Agrupación de Familiares de Ejecutados Políticos – 1980. Essas agrupações dão a entender os diversos tipos de repressão que foi exercido pelo governo militar.

“homenagens” realizadas pela junta militar chilena, as mulheres do Departamento Feminino realizam o *Primer Encuentro Nacional de La Mujer Chilena*⁴⁴.

Desse modo, as organizações com pautas de mulheres começam a ganhar força, Valdés destaca que já nos anos 80 essas organizações integram um leque de grupos e movimentos, entre eles, a *Agrupación de Mujeres Democráticas*⁴⁵, CODEM (*Comisión de Derechos de la Mujer*)⁴⁶ e o Movimento Feminista. A recomposição da teia social no Chile tem em um de sus pilares estes grupos de mulheres.

O ano de 1983 marca a explosão da rebeldia contra a ditadura no Chile. Essa irrupção gera novas condições subjetivas e novas necessidades, e a ascensão dos movimentos sociais e das *Organizaciones* que se levantou em defesa do direito da mulher⁴⁷ também foi o momento de grande reaparição dos partidos políticos na cena pública, e dessa maneira, o movimento de mulheres reflete essas novas condições⁴⁸.

Os grupos e as oficinas de oposição à ditadura começam a se multiplicar e em 1983 nascem as duas instancias mais importantes até então: o MENCH'83 (coordenação de organização de mulheres que adotam o nome do antigo movimento que lutou na década de 50 e 60 por direitos civis e políticos da mulher: *Movimiento pro Emancipación de la Mujer Chilena*) e o movimento político unitário *Mujeres por la Vida*⁴⁹. Foram eles os responsáveis por reunir a maior parte das organizações sociais femininas de oposição e ainda ampliaram o amplo aspecto político opositor, partidário, independente e feminista.

No final de 1983 firma-se um ato desses grupos de movimento de pro-emancipação feminina que aconteceu no tetro Caupolicán, em Santiago, onde mulheres de todas as condições econômicas, sociais e políticas selam um compromisso de ação que decida pela recuperação da democracia e convocam todas as mulheres a participar ativa e unitariamente dessa tarefa.

Nos une la urgencia de temer por nosotros mismos como Pueblo. No reúnen el sentimiento y la convicción de que como nación, como grupo humano, estamos llegando a um

⁴⁴ VALDÉS; op. cit.; p. 14

⁴⁵ Apesar desse movimento ter ganhado força expressiva na década de 80, ele foi criado no início da década de 70, e concentrava-se no apoio de familiares de presos políticos.

⁴⁶ Grupo de organizações de mulheres feminista criado na ditadura.

⁴⁷ Foram muitas organizações que foram criadas durante a ditadura, como o Comitê para a Defesa dos Direitos da Mulher (Codem), as Mulheres de Chile (Mudechi) Movimento, das Mulheres chilenas União (UCHM), Movimento para a Emancipação da mulher do Chile, 83 MEMCH, entre muitos outros.

⁴⁸ VALDÉS; op. cit.; p. 14

⁴⁹ Idem. p. 15

punto límite que exige una acción decidida. Acción que es urgente. HOY NO MAÑANA.

PORQUE EL HOMBRE, MATA
PORQUE LA DROGA, CONSUME
PORQUE EL EXILIO, CORROE
PORQUE LA TORTURA Y LA REPRESSION,
DEGRADAN
PORQUE LA INCERTIDUBRE, DESGASTA
PORQUE, EM DEFINITIVA
LA DESTRUICCION DE UMA SOCIEDAD, NO
ESPERAR⁵⁰.

Figura I – Ato de mulheres chilenas no Teatro Caupolican.



Fonte: DIBAM. Patrimonio y Género de Chile⁵¹.

E foi nessas condições que a unidade e o pluralismo apareceram como uma possibilidade real que permitisse a crescente condição e a mais ampla convocatória entre as organizações entre os grupos de mulheres engajadas nos movimentos que resistiam à opressão gerada na ditadura.

Dessa maneira, muitos grupos com pautas e reivindicações femininas começam a aparecer e ganhar força por meio desses atos. *Mujeres por la vida*, aparece nesse cenário com propostas e objetivos de atuar unitariamente na busca de consensos políticos no mais amplo aspecto opositor, além, de colaborar ativamente na mobilização social, convocando as mulheres chilenas a manifestar publicamente, nas ruas, e em todas as partes onde possa existir desejo de democracia⁵². Democratas, socialistas, radicais, feministas, comunistas, mulheres de todas as vertentes de atuação, a partir de então marcham juntas para fortalecer o discurso de denuncia chamando todas as chilenas para unir-se a essa luta.

⁵⁰ ***La Libertad tiene noble de mujer***. Declaração e Convite ao ato de mulheres no teatro Caupolican: 29 de Dezembro de 1983. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html> Acesso em: 16/07/2017

⁵¹ Disponível em: <http://patrimoniogenero.dibam.cl/651/w3-article-71927.html> Acesso em: 22/05/2017

⁵² Idem; p. 2

Assim, as mulheres de oposição à ditadura ganham espaço como autoras sociais coletivas reconhecidas na luta contra o governo militar. Realizam manifestações nas ruas e buscavam de maneira expressiva denunciar a brutalidade governamental por meio de declarações públicas e conferências.

Uma menção especial deve ser feita à marcha “*SOMOS MAS*”, realizada em 30 de outubro de 1985, a convocatória para a marcha vinha com tom de alerta para a violência que estava sendo neutralizada com a ditadura no território chileno pelo governo. A marcha foi realizada em um bairro de Santiago onde as mulheres se concentraram e saíram todas juntas marchando silenciosamente exigindo a liberdade dos dirigentes sociais detidos.

Porque esa violencia que pretende neutralizar la reacción de este Pueblo persiguiendo y encarcelando a sus más connotados dirigentes, esa violencia que va desde el exilio hasta la censura y el hombre de los más desposeídos, es una cuota de violencia que cae por igual sobre cada una de nosotras⁵³.

Figura II – Marcha Somos Mas – 1985



Fonte: No Mas (1983 – To the presente)⁵⁴

Figura II – Marcha Somos Mas - 1985



Fonte: No Mas (1983 – To the presente)⁵⁵

Essa manifestação ganha força no ano seguinte, e na celebração do dia internacional das mulheres, esse lema ganha mais expressão e nessa ocasião é celebrado o “*NO MAS PORQUE SOMOS MAS*”. Abaixo desse lema o centro de Santiago permaneceu horas tomado por milhares de mulheres. Esta jornada convocada pelas mulheres, teve a participação dos mais amplos setores sociais que na ocasião realizaram

⁵³ **Ahora de Pie, Por un Mañana Digno.** Convocatotia a la marcha de mujeres del 30 de octubre de 1985. p. 1. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html> Acesso em: 16/06/2017

⁵⁴ Disponível em: <http://hemisphericinstitute.org/hemi/fr/modules/item/501-cmpl=component&print=1> Acesso em: 19/07/2017.

⁵⁵ Idem.

eleições simbólicas em hospitais, ruas, universidades e em muitos outros lugares para exigir o imediato retorno da democracia⁵⁶.

Figura III: Planfeto da Marcha No Mas Porque Somos Mas.



Fonte: Fonte: No Mas (1983 – To the presente)⁵⁷

Figura IV: Mulheres na Marcha: No Mas Porque Somos Mas. 1986.



Fonte: Arquivo Memoria Chile⁵⁸.

Simultaneamente ao longo dos anos finais da década de 80 e em muitas outras cidades do país as mulheres foram coordenando e manifestando sua rejeição ao governo militar com o mesmo espírito de luta em busca do retorno da democracia. Assim, as mulheres foram entrando ativamente na cena pública opositora ao governo de Pinochet.

O processo de constituição do ato político de mulheres culminou em abril de 1986 com a incorporação do movimento de mulheres a *Asamblea de la Civilidad*,⁵⁹ instância de grande importância para as a cena de reivindicações pela democracia. Essas organizações elaboraram o “*Pliego de las Mujeres*”⁶⁰ onde exigências são postas como o direito à vida, direitos humanos, a dignidade de todos os chilenos, igualdade perante a lei, nessa esfera a posição judicial dos direitos civil chileno para com a mulher são

⁵⁶ Ibidem; p. 2.

⁵⁷ Disponível em: <http://hemisphericinstitute.org/hemi/fr/modules/item/501-cada-no-s?tmpl=comt=1> Acesso em: 19/07/2017.

⁵⁸ Disponível em: <http://navegale.cl/documental-la-ciudad-de-los-fotografos/> Acesso em: 19/07/2017

⁵⁹ La Asamblea de la Civilidad aborda o período entre 1983 a 1986 em que ocorreram as maiores campanhas nacionais de protesto e, ao mesmo tempo, o desmantelamento do amplo movimento social que surgiu não só para acabar com a ditadura, mas também com o modelo neoliberal como a "demanda do Chile".

⁶⁰ *Pliego de las Mujeres* – Abril de 1986. Documento entregue pelas organizações de mulheres a Asamblea de la Civilidad em abril de 1986, para elaboração da Demanda Chile. O Pliego foi uma declaração aos descumprimentos dos direitos das mulheres por parte do governo, como também um importante documento com demandas imediatas para o fim da ditadura além de diversas reivindicações. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html> Acesso em: 06/06/2017.

amplamente criticados principalmente o estatuto da mulher casada, que na ocasião é exigida a sua modificação.

O *Pliego de las Mujeres* foi um marco na injeção dos conteúdos de repúdio pra subalternidade da mulher. Nele, é mencionado as consequências tradicionais na qual as mulheres foram objetos, e como essa condição afetou substancialmente a paralização feminina no setor da economia, da educação, e de outras instancias que reduziām a participação social feminina no âmbito privado⁶¹. O *Pliego* ressalta a importância de mais mulheres entrarem nas mobilizações contra a ditadura, a participação feminina nesse aspecto levanta uma condição não somente política, mas uma emergência na situação social na qual as mulheres precisam se enxergar como sujeito ativo, e assim, promover a promoção das mulheres em vários setores, principalmente o trabalhista que ainda é muito pequena a participação feminina⁶².

A elaboração do *Pliego de las Mujeres* atribuía conceitos tão fortes para emancipação feminina, e, além disso, promovia uma chamada para uma marcha não apenas contra a ditadura, mas principalmente pela busca de direito das mulheres. A crítica ao governo militar implantada no *Pliego* era tão intensa que nos meses finais de 1986 onde o endurecimento da repressão era intensificado os oficiais da tropa do general Pinochet lançam uma resposta a *Asemblea de la Civilidad de la Mujer*, onde acusam os membros da assembleia de atentar contra a segurança interior do Estado por meio do conteúdo do *Pliego*. Logo após a carta resposta dos oficiais da tropa de Pinochet ser apresentada, o coletivo feminino da ACM convoca mais uma vez as mulheres para mais uma marcha, baixo ao lema “! NO MAS DICTADURA!”.

A marcha buscou passar a mensagem de que as mulheres poderiam criar novos coletivos que atendessem suas necessidades, mas que o trabalho principal dessa mobilização era promover o retorno da democracia, e que sim era possível criar novas instâncias por meio das manifestações. Uma missão importante para o coletivo de mulheres de oposição foi realizada pelo movimento! No MAS DICTADURA! Em agosto de 86 as mulheres emitem uma declaração pública denominada “*La urgente tarea de hoy*”, e se reuniu em todas às diretorias de movimentos de mulheres solicitando a

⁶¹ Idem; p. 2.

⁶² Ibidem; p.3

realização de uma histórica reunião de cúpula onde se elaborou uma proposta conjunta para pôr fim a ditadura.

Nuestro pueblo se estremece con indignación frente a un fallo demencial de un Ministro de Justicia. Tan injusta esta Justicia que, mientras deja en libertad a los uniformados involucrados en el martirio de dos adolescentes, encordela a funcionarios de la Vicaría de la Solidaridad, a dirigentes de la Asamblea de la Civilidad, a estudiantes universitarios, a periodistas consecuentes y a todos los que la dictadura califa como “peligrosos” para su supervivencia.

¡Este estremecimiento de indignación es, sin duda, un signo que traducido en palabras equivale a un “No es posible!” “Basta ya!” Una indignación y un horror que golpeó a la opinión pública del mundo entero, la que no creer que los chilenos sigamos viviendo en esta barbarie sin reaccionar como debemos⁶³.

Desse modo, novas organizações de mulheres continuaram nascendo, no ano de 1987 muitos outros setores da sociedade chilena começaram a entrar em grupos de oposição ao regime militar. As estudantes militantes da Universidade do Chile iniciaram uma coordenação de apoio às manifestações contra o governo e em seguida lançaram o *Coordinador de Mujeres Jóvenes de la Universidad de Chile*, cujo o objetivo além de lutar contra a ditadura era realizar demandas de saúde e educação para mulheres⁶⁴.

Outra importante menção deve ser dada ao grupo de professoras criadoras do *Colectivo Mujer y Educación*⁶⁵, esse grupo se propôs a investigar e refletir sobre as formas de transmissão de papéis e estereótipos sexuais por meio da educação. Além de conhecer os elementos e processos históricos que haviam limitado a participação da mulher na sociedade, este coletivo editou boletins para difundir as reflexões e estudos que haviam sido propostas.

Também em 87, o movimento feminista tornava público o documento “*Demandas de las Mujeres a la Democracia*”⁶⁶ no qual continha exigências específicas que reparassem a desigualdade estrutural entre homens e mulheres legalmente. A sua inserção

⁶³ Convocatoria a la Marcha del 24 de Julio de 1986. **¡NO MAS DICTADURA! ¡VIVEREMOS!** Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html> Acesso em: 06/06/2017.

⁶⁴ VALDÉS; op. cit.; p. 17

⁶⁵ PALESTRO, Sandra. Mujeres en Movimiento. 1973 – 1989. FLACSO – Programa Chile. N 14. Santiago, setembro 1991. p. 67.

⁶⁶ Demandas de las Mujeres a la Democracia – 1987. Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/archivos2> Acesso em: 21/06/2017.

no principal jornal de oposição provocou um forte impacto ao colocar as demandas femininas no debate público.

Las mujeres, que somos el 50% de nuestro país, estamos conscientes del significativo aporte que hacemos a nuestra sociedad a través, no sólo de nuestros múltiples quehaceres familiares y actividad laboral, sino también de nuestra activa participación tanto en organizaciones políticas y sociales, como, en nuestras propias organizaciones.

Estamos conscientes que este aporte nuestro no es valorado en toda su importancia. Estamos conscientes, también, de las condiciones de desigualdad, discriminación y violencia que nos afectan tanto en el ámbito privado como en el trabajo, en las remuneraciones, en los cargos de dirección y en la participación en la toma de decisiones... por el solo hecho de ser mujeres.

Las mujeres creemos firmemente que no habrá una verdadera democracia en Chile sin nuestra plena participación en todos los ámbitos de la vida nacional. Asimismo, estamos convencidas que el reconocimiento de nuestros derechos y su real ejercicio profundizará las bases de la convivencia democrática en nuestro país.

Somos chilenas, somos personas, somos capaces: nuestra voz y opinión debe ser parte de la opinión nacional. Por lo mismo nuestra presencia en las instancias de decisión es imprescindible y responde a la más mínima consecuencia con los principios democráticos más elementales.

Sabemos que para cumplir con lo anterior, es necesario recuperar nuestra soberanía y el pleno ejercicio de los derechos humanos en nuestra patria. En esta tarea, nuestra presencia, durante estos años, ha sido fundamental y no cejaremos hasta lograr estos objetivos.

Fuimos ciudadanas sólo 24 de los 150 años de historia democrática en nuestro país (de 1949 a 1973) y esto, gracias a la lucha de miles de mujeres que no descansaron hasta conquistarla. Igualdad de derechos políticos para la mujer, al igual que a tantas otras que nos abrieron espacios y caminos de participación en nuestra sociedad⁶⁷.

Afim de complementar esses requisitos básicos, e para a realização de uma estrutura social que tornasse possível a igualdade entre homens e mulheres no Chile. No documento ainda foi proposta três dimensões específicas e fundamentais para a vida da mulher: *Las mujeres en cuanto peronas y ciudadanas, las mujeres em cuanto madres, las mujeres cuanto trabajadoras*. Em cada uma dessas dimensões era apontada as razões e solicitação dessas propostas. No que diz respeito da mulher como pessoa e cidadã o documento apresenta a seguinte concepção:

⁶⁷ Idem. p. 1.

Las mujeres en cuanto personas y ciudadanas:

Consecuentes, con el principio que todos los seres humanos nacemos libres e iguales en dignidad y derechos, proponemos:

Se reforme la legislación civil, penal y laboral en todos aquellos aspectos que subordinan y discriminan a la mujer, a quien se deberá otorgar idéntica capacidad jurídica que al hombre:

Se penalice todo acto de discriminación o violencia contra la mujer, al igual que cualquiera contravención que impida el pleno y libre ejercicio de sus derechos como persona, Para ello, se garantizará a

Las mujeres el patrocinio jurídico gratuito de sus demandas ante los tribunales u otras instancias administrativas competentes;

Se promueva y valore a la mujer en todas sus potencialidades como persona y no solamente como madre, esposa o dueña de casa⁶⁸.

Desse modo, o movimento de mulheres que buscavam uma emancipação do debate das pautas feministas, seja por meio do Movimento Feminista ou por outros grupos que tivessem em seu discurso a preocupação com o fim da subalternidade da mulher estavam ligados por uma causa muito intrínseca o fim do governo autoritário do general Augusto Pinochet.

A militante da esquerda revolucionaria chilena, Sandra Palestro manifesta em seu trabalho *MUJERES EN MOVIMIENTO 1973 – 1989*, importantes reflexões sobre a participação e progresso dos movimentos de grupos femininos na ditadura chilena. Segundo ela, a primeira constatação do movimento de mulheres durante os 17 de ditadura no território chileno seria a emergência de enfrentar a crise que o país vivia⁶⁹.

Palestro relembra que o primeiro impulso manifestado pelas mulheres nas ruas do Chile, era pela defesa e permanência do modelo tradicional de família, mas com a criação de pequenos grupos de emancipação feminina aos poucos foi se rompendo o isolamento das mulheres. A busca de soluções conjuntas e problemas comuns foram abrindo caminho de solidariedade e confiança, até que outras situações da esfera privada também começaram a ganhar coletivos e isso produziu uma profunda identificação entre as mulheres.

Sem pedir permissão o chamado movimento de mulheres não precisou encorajar-se por modelos de mobilização prontos. O movimento foi organizando-se, articulando-se e mobilizando-se de acordo com o pensar e sentir das próprias mulheres. Foi resgatado o universo simbólico e com cores, silêncio, gritos de ordem, e entre tantos movimentos

⁶⁸ Ibidem. p. 2.

⁶⁹ PALESTRO; op. cit.; p. 71.

emblemáticos se enfrentou armas, bombas, carros canhão de água e a força do aparato militar de Pinochet.

Assim, para Paletro, foi criado um movimento capaz de entender a si mesmo, de maneira que o aprendizado fosse ininterrupto. Segundo a militante a tarefa não foi fácil, a ação de sair às ruas para pedir uma condição melhor para mulheres se fortalecia em questões internas, eram muitas perguntas para poucas respostas. O soar das vozes de mulheres que pediam igualdade e o fim da ditadura em muitos momentos ecoava no mais alto eco sem nem um retorno, mas desistir parecia uma tarefa muito mais difícil, mas esses desafios eram importantes, pois era com eles que o movimento ganhava força e uma gama de possibilidades para que lado ir, porque a luta não era apenas contra a ditadura, mas também contra sistema patriarcal. Foi nesse cenário que as mulheres se levantaram como sujeitos e começaram a propor mudanças na realidade da mulher e transformações profundas na sociedade.

3. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DITADURA CHILENA E O RECONHECIMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

Como foi exposto nos capítulos anteriores, as organizações femininas nascidas da penúria da ditadura de Pinochet emolduraram nas décadas de 70 e 80 a representatividade feminina e canalizaram suas aspirações em ações voltadas as políticas-públicas, fazendo convergir as pautas feministas e determinando as reivindicações para o fim da ditadura. Essas organizações nascidas sob a crise econômica e a repressão conseguiram associar uma forte mobilização em favor da democracia. Esses elementos não só contribuíram para a politização da mulher, como também no desenvolvimento de um ativo movimento social feminino além de uma agenda feminista de reivindicações de direitos.

Dessa forma, podemos reforçar o fenômeno da participação feminina da ditadura chilena, nele foi possível reconhecer diversos esforços para que a discriminação contra a mulher não fosse mais vista como acontecimento normal, sem contar com a criação de demandas que aplicavam legalmente os direitos e a participação feminina nos organismos sociais e políticos do Chile. A atuação dessas mulheres e as reivindicações que surgiram diante dessa participação foram imprescindíveis para que pudesse ser entendida muitas questões que até então eram retratadas como naturais, dentre elas a violência sexual.

IGUALDAD ANTE LA LEY: [...] Modificación del Código Penal, referente a todas las penas discriminatorias contra la mujer. Suprimir la clasificación de los hijos naturales y legítimos respecto de madre. Sanción pronta y eficaz para la violencia sexual y violencia doméstica⁷⁰.

Essa politização feminina, diante do contexto repressivo que o Chile vivia, representou uma grave ameaça aos valores sociais no qual a mulher estava submetida. A ditadura chilena castigou aquelas mulheres que procuraram romper com o sistema patriarcal no país por meio da sua mobilização, que subvertiam os valores estabelecidos, nos quais não atribuíam a figura feminina espaço para a participação política, ficando essas mulheres submetidas a uma violência sistemática que castigava sua atuação nos movimentos contra o governo e outros tipos de mobilização.

A violência, segundo Roxana Arroio e Lola Valladares é um termo polivalente. Os seus diferentes significados vão depender do âmbito em que ela é utilizada. Na América e no Caribe, por exemplo, é muito comum utilizar o termo violência política para justificar o deficiente funcionamento do sistema democrático dos partidos políticos. Esse termo

⁷⁰ Pliego de las Mujeres – Abril de 1986; p. 3.

também é utilizado para provar situações onde se produz o uso das forças armadas por parte de particulares ou de grupos armados. Inclusive, para as autoras, em muitos momentos se usa o termo violência para se referir a atos de delinquência comum, mas o termo não é apenas versátil como também *sobresignificado*, na medida em que existe diversos tipos de violência, exercida por diferentes autores em múltiplos e variados contextos⁷¹.

A grosso modo, a violência política é um instrumento que marca a falta de liberdade e os espaços de participação pública. O regime militar no Chile, usou de maneira sistemática a violência contra aqueles que considerava seus inimigos, produzindo dessa forma graves violações os direitos humanos. A violência utilizada na ditadura foi um instrumento de poder e de ação por parte da autoridade imperante, cujos os marcos legais eram impostos por ela mesma.

Este dispositivo de caráter “disciplinar”, incidiu sobre as mulheres que ousaram ultrapassar as barreiras dos papéis convencionais nos quais estavam milenarmente submetidas, e além disso, as mulheres que optavam por participar da vida política do país, não apenas lutavam por uma condição de vida mais justa, integravam o esforço de redimensionar o papel da mulher na sociedade. Logo, a violência que recaiu sobre as mulheres ficou situada na sua condição de ser mulher, que ia desde a violência psicológica até o uso da violência sexual.

É importante destacar que muitos homens foram vítimas de violação sexual, mas o que podemos perceber, é que o estupro e as aberrantes formas de tortura sexual têm uma forte conotação na condição feminina da mulher. Quando se violenta um homem, não se atinge sua esposa, mãe ou filhas com o mesmo objetivo quando se é ao contrário: humilhar⁷². Ao violentar um homem se atinge a sua identidade masculina. Quando um homem é violentado por outro homem, introduzindo ou não algum objeto em seu corpo a mensagem que se passa à vítima e a de diminuí-la na hierarquia patriarcal, na sua masculinidade. Logo, a violência sexual nos homens, simbolicamente, tem a finalidade de prejudicar o seu emocional, o que também ocorre com as mulheres, mas na questão masculina se intensifica a ideia de que os homens são potencialmente violados como mulheres, ou seja, são “rebaixados” ao papel de uma mulher que tem como “dever” servir

⁷¹ ARROYO, Roxana. VALLADARES, Lola. *Derechos Humanos y Violencia Sexual Contra las Mujeres*. Edição Gilma Andrade Moncayo, Proyecto regional Corte Penal Internacional y Justicia de Género, La Morada, Corporación Promoción de la Mujer, Serie Documentos Técnico Jurídicos, 2005. p. 400.

⁷² CANTREIRAS, op. cit. p. 36.

o homem sexualmente. Nesse sentido, é na violência executada por meios sexuais é onde se afirmar a destruição moral, quando não pode ser encenada mediante a uma assinatura de um documento formal de rendição⁷³. Nesse contexto, o corpo da mulher é o bastidor e o suporte em que se escreve a derrota moral do inimigo.

A violência contra a mulher não foi algo que surgiu da ditadura militar no Chile, mas o que fica claro é o esforço das mulheres que buscavam meios para que essa seja uma violência reconhecida. A partir do momento que essas mulheres tomam as ruas de todo país exigindo um espaço democrático de articulação, não estão elas apenas rompendo com seus anseios femininos do mundo privado, e sim tomando espaço para que suas reivindicações fossem atendidas.

Para muitas vítimas, foi necessário um processo de ressignificação política e subjetiva das violações sofridas. É simbólico, nesse sentido, que coletivos feministas no Chile adotem como palavra de ordem o reconhecimento e a punição da “violência política sexual”, incorporando a dimensão de poder à própria conceituação da violência.

3.1 – VIOLÊNCIA SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA

- É possível dizer que o sexo era uma arma política?
- Convenhamos, isso é clássico! A senhora bem sabe que o sexo como arma é utilizado em todo lugar⁷⁴.

A violência contra as mulheres no patriarcado é um fato concreto, em todos os países dominados pelo patriarcado. Violência material – agressões, brutalidade, assassinato, tráfico, casamentos forçados, excisão e infibulação, estupros, véu e burca obrigatórios, punições com ácido, amputações, mutilações múltiplas, e a lista é infinita. Violência simbólica – todas as formas de inferiorização social ou institucional cujo fundamento é “ser mulher”. Quer seja no domínio do imaginário – imagens produzidas com e sobre as mulheres, expondo e explorando seus corpos ou nas hierarquias econômicas e sociais, a violência se exprime de diversas maneiras para assegurar a dominação masculina⁷⁵.

Em consequência disso, tanto em tempos de paz quanto de guerra as mulheres são vítimas de violência sexual, mas em contextos de conflitos e em situações de caráter

⁷³ SEGATO, Laura Rita. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres* 1a. edición Puebla: Pez en el árbol, 2014. p. 23.

⁷⁴ COJEAN; Annick. *O Harém de Kadafi*. Tradução: Saulo Krieger. Editora Versus. Campinas, SP. 2013.

⁷⁵ NAVARRO; Tania et al. *O Patriarcado Rides Again*. In: *Mulheres e Violência. Interseccionalidades*. p. 50.

repressivo como foi a ditadura no Chile essa prática é exacerbada, sobretudo, contra as mulheres que contrapõem normas políticas e tradições culturais.

“La violencia contra las mujeres se encuentra anclada en las construcciones de poder que ordenan las relaciones sociales entre mujeres y hombres, las que asociadas a las diferencias biológicas entre los sexos, naturalizan roles y funciones, posiciones y jerarquías sociales asignados según la condición genérica. Se trata de un tipo particular de violencia, que arraigada profundamente en la cultura, opera como mecanismo social clave para perpetuar la interiorización y subordinación de las mujeres, en tanto el ejercicio de poder se considera patrimonio genérico de los varones⁷⁶.”

Nessas circunstâncias, a violência contra a mulher entra no cenário da violência política como um fenômeno conhecido como “botim de guerra”. Nele, a violência sexual é o prêmio da vitória, a mulher como objeto sexual dos soldados. Quanto a isso o poder da violência política contra as chilenas na ditadura é convertida em uma violência sexual programada, que ataca, pune e castiga de aberrantes formas o corpo da mulher.

Podemos entender, com isso, que a sexualidade masculina está intimamente relacionada com o poder, e uma das características fundamentais do poder masculino é o controle da sexualidade feminina, por todos meios: físicos, psicológicos, legais, sociais, religiosos, culturais e verbais.

O homem que segue à risca as “leis” do patriarcado, seu poder reside no seu falo, esse é o único órgão sexual importante, e sua potência e virilidade dependem do uso que fazem dele⁷⁷. Para esses homens a relação sexual é uma demonstração de poder. Essa relação não está ligada com o compartilhamento de prazer, e sim, com o corpo em estado de humilhação.

É importante notar, que falar da violência contra as mulheres, vai além de se falar de violência de gênero, essa violência ficou por séculos tradicionalmente restringida ao marco do âmbito privado e doméstico, e só recentemente é que podemos pensar o uso dessa violência como algo que vai além da esfera privada da sociedade. A crítica feminista manifesta que essa violência não se trata de um fenômeno apenas individual, mas da expressão mais cruel da ancestral posição de inferioridade das mulheres em um mundo

⁷⁶ NIEVES, Rico: Violencia de género: un problema de Derechos Humanos. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Unidad Mujer y Desarrollo, Naciones Unidas. Citada en Femicidio em Chile. Área de Ciudadanía y Derechos Humanos de la Corporación La Morada. Chile, noviembre de 2004. Pág. 15

⁷⁷ PASTOR, Pilar Pascual. La Violencia Sexual e de Género. et al...; op. cit. p. 94.

regido pela lógica patriarcal⁷⁸. Nessa lógica, os papéis e identidades atribuídos a cada um dos gêneros vêm para legitimar uma relação de poder, que não raro, resulta em comportamentos violentos dos homens sobre as mulheres.

Se partimos da compreensão da violência contra as mulheres, como uma construção social, política e cultural, parece claro que ela vai além da questão privada dos indivíduos.

Quando as chilenas passaram a colocar pautas específicas para a libertação da mulher, podemos entender que esses anseios foram vistos como uma grave ameaça aos valores sociais e culturais que a sociedade colocava sobre elas. O impacto da mobilização feminina por demandas imediatas que visavam melhores condições de vida, trouxeram à tona a consciência de que a discriminação contra a mulher não poderia ser entendida como natural, e partir dessa questão, esse fenômeno pudesse ser compreendido como um problema social que precisava ser combatido.

Desse modo, Victoria Ferrer y Esperanza Boch no trabalho intitulado: *El papel del movimiento feminista en la consideración social de la violencia de contra las mujeres: el caso de España - 2006*, nos ajudam a pensar sobre essa questão, segundo as autoras, para que uma condição seja entendida como um problema social é necessário que essa condição seja definida como injusta para um determinado grupo. Sendo assim, devem ser identificados os grupos sociais que definem a existência de um problema social, uma vez que eles estão mais interessados em sua real solução e também quais são os objetivos reais das denúncias desses determinados grupos. Logo:

[...] el reconocimiento de una situación o circunstancia como problema social está ligado a su reconocimiento por parte de una comunidad o de personas de influencia y prestigio. Esto supone que la manera en que algo queda definido como problema social está estrechamente ligada a la intervención del poder, la representación y también la manipulación⁷⁹.

Diante disso, foi imprescindível, então, a construção de um discurso alternativo crítico que analisasse e desmontasse os mecanismos que freavam as implementações dessa igualdade que as chilenas buscavam. Essas demandas, que criticavam o privilégio masculino e a subordinação feminina traçaram uma forte identidade das mulheres que

⁷⁸ Las Mujeres como Sujetos Emergentes en la Era de la Globalización: nuevas modalidades de violencia y nuevas formas de ciudadanía. Investigadores principales y coordinadores: Celia Amorós Puente Fernando Quesada Castro. – 2011. p 400.

⁷⁹ PÉREZ, Victoria A. Ferrer e FIOL, Esperanza Bosch. *El papel del movimiento feminista en la consideración social de la violencia de contra las mujeres: el caso de España* – 2006. p.3.

estavam envolvidas com a militância contra a ditadura. No Chile, a mobilização de mulheres na ditadura não surgiu apenas de uma necessidade de subsistência e de defesa dos direitos humanos, como também, em ritmos diferentes, foram surgindo a partir dessa conexão com a própria rebeldia. Assim, se foi tomando consciência do movimento, consciência de identidade, e principalmente consciência do corpo.

A partir dessa perspectiva configura-se um dispositivo de poder no Chile, relacionado com as desigualdades funcionais e as de gênero, que revela os padrões culturais, desde onde começa e é construído a violência estrutural, onde se expressa a opressão às pessoas por suas ideologias políticas, sociais e econômicas.

De maneira geral, a violência é considerada um método de exercer poder sobre alguém situado em posição de inferioridade hierárquica ou de subordinação.

[...] A pesar de la norma jurídica chilena ya citada, la incapacidad de ésta indica que la legitimación de la violencia continúa vigente en la formación de la subjetividad masculina y que la tradición patriarcal atraviesa también los códigos y los hace vulnerables. La ley se erige como igualitaria para dirimir conflictos entre iguales, pero lo cierto es que está atravesada por la estructura jerárquica de sexo-género, que la permea por múltiples poros. Como apunta Segato: “Por detrás del contrato igualitario trasparece, vital, el sistema de estatus que ordena el mundo en géneros desiguales, así como en razas, minorías étnicas y naciones desiguales⁸⁰.”

Esse dispositivo de violência estrutural manifestou-se profundamente durante o período da ditadura militar, que era caracterizada pela implementação de políticas ideológicas e práticas sistemáticas de violência estatal contra toda a sociedade civil enraizados em diferentes organismos governamentais. Parte dos conceitos ideológicos próprios da ditadura serviram para perpetuar e defender a desigualdade entre homens e mulheres e simultaneamente a violência contra a mulher.

As mulheres que militavam em algum partido político ou que tivessem alguma participação ativa no âmbito público-político apropriando-se como elemento transgressor das rupturas com o tradicional sistema patriarcal chileno e por onde os papéis genéricos socialmente ensinados estava submetida a um duplo julgamento, e consequentemente, um replicado discurso machista. “¿Para qué se meten en eso? No ven que no sacan nada. “La mujer no es para estas cosas. Porque yo siempre he dicho que cuando la mujer sale

⁸⁰ Violencia de Género en Chile. Observatorio de Equidad de Género en Salud. INFORME MONOGRÁFICO 2007-2012. p. 22.

*sola, ya cunado vuelve no es nunca la misma...” – De nuevo paseaba su mirada por las filas y seguía*⁸¹.

Dessa forma, a violência política executada contra as mulheres durante a ditadura militar orientou-se em sua grande maioria como uma violência de gênero, que ia desde a violência psicológica até o uso da tortura sexual.

As mulheres detidas pelo regime militar lidaram com a repressão de pautas e castigos específicos, um tratamento diferente de acordo com seu gênero. Dessa maneira, destacam-se os castigos de caráter sexual e de gênero em suas sessões de interrogatório e de tortura, que operou com um tipo de ideologia social cultural fundamentando nas desigualdades entre gênero, e que conduzem as pautas determinadas de castigos marcadas por sua condição feminina.

Nesse sentido, o regime militar materializou a definição de uma política específica para as mulheres durante a ditadura, que foi expresso nas formas mais cruas e brutais de tortura sexual, constituída como parte de toda disciplina social, dispositivo para atingir os objetivos ideológicos e materiais da nova ordem política militar. Com base nisso, a violência sexual como uma forma de tortura de mulheres foi estabelecida como uma prática permanente pela ditadura militar, ou seja, em uma política de gênero institucionalizada como disciplina estratégica em relação às mulheres.

3.2 – DITADURA CHILENA X ESCRAVIDÃO SEXUAL

Uma maneira de começar a entender o conceito da violência sexual contra as mulheres na ditadura é por meio do trabalho da antropóloga chilena Ximena Bunster *Sobreviviendo Más Allá Del Miedo*, 1991⁸² onde a autora aborda diretrizes importantes a respeito do processo de tortura dado às prisioneiras políticas durante o regime totalitário. Bunster afirma que os regimes militares na América Latina desenvolveram pautas de castigos destinadas especificamente às mulheres que lutaram ativamente contra o governo ou que resistiram de qualquer maneira a exploração exercida sobre a população pelo governo ditatorial.

⁸¹ ROJAS; Carmen. **Los Recuerdos de Una Mirista**. Edición mimeografiada. Impresión: José Miguel Bravo. Santiago de Chile. 1995. p. 86. *Carmen Rojas é pseudônimo de Nubia Becker, esse relato foi realizado ainda no período ditatorial, mas só foi publicado em 1995. Em 2014 a autora lança uma reedição dessa obra: Una Mujer em Villa Grimaldi.

⁸² BUSTER, Ximena. *Sobreviviendo Más Allá Del Miedo*, 1991. Ediciones de Las Mujeres N 15.

A antropóloga ainda denomina a ação que empreende os regimes militares como escravidão sexual feminina, fomentada especialmente pela ordem patriarcal enraizada no contexto social latino americano.

Nesse cenário, Ximena aborda uma questão peculiar para o contexto chileno. Segundo ela, o número de mulheres politicamente conscientes e altamente organizada, no qual há destacado a liderança de sindicatos femininos e mulheres dirigentes sociais, fomentou a atuação violenta dos militares contra a participação feminina nas manifestações ou de outra maneira na qual a resistência dessas mulheres tivesse sentido⁸³.

Seja com uma atuação política frente aos movimentos conhecidos ou como um atrativo de violência psicológica, a escravidão sexual feminina no contexto repressivo representava um esforço dos torturadores do Estado de forçar confissões, obter informações, sejam delas ou de algum familiar ou companheiro militar, ou até mesmo para castigar⁸⁴. Essa é uma ação claramente discernível de um padrão estrutural no qual foi imposto a essas mulheres.

Para o *Caucus de Mujeres por la Justicia de Género*, a escravidão sexual tem dois elementos:

- 1- O exercício de algumas ou todas as formas de poder articuladas ao direito de propriedade e controle; e,
- 2- Quando este exercício envolve a obtenção ou a imposição de serviços sexuais ou acesso através de violação ou outras formas de violência sexual⁸⁵.

Foram esses os elementos comuns experimentados pelas prisioneiras políticas durante os violentos ataques sexuais que elas sofriam sobre seus corpos e seu psicológico estavam conscientemente direcionados na violação de si mesmas e se sua dignidade feminina.

En un recinto secreto fui torturada, amarrada y vendada. Me dieron de golpes de pies y puños. Me aplicaron electricidad en diversas partes del cuerpo. Me volaron los dientes delanteros de un culatazo. Sufrí abusos sexuales y reiteradas violaciones que resultaron en un embarazo⁸⁶.

Duas categorias de mulheres vítimas da repressão e da tortura sexual podem ser pensadas sobre o uso da violência sexual: a primeira categoria é aquela ligada as mulheres

⁸³ Idem; p. 42.

⁸⁴ Ibidem; p. 43

⁸⁵ ARROYO; op. cit. p. 423.

⁸⁶ Mujer. Región Metropolitana, 1975 - Informe de La Comisión Nacional Sobre Prisión Política y Tortura. 2003. p. 256.

do âmbito público que haviam conseguido uma certa autonomia, que exerciam seu trabalho ou desempenhavam uma função no âmbito extra doméstico ou público e que nessa ordem rompiam com esse mundo tradicional e conservador que ligava o papel da mulher na esfera domestica da sociedade⁸⁷.

Nosotras para ellos (los torturadores) éramos eso: unas prostitutas, porque nos habíamos metido en política, o sea, en un área que era para hombres. Éramos desnaturalizadas por la política, y entonces éramos doblemente castigadas, doblemente abusadas. Éramos lo peor de la sociedad para ellos, y satanizadas por el hecho de ser 'mujeres sueltas' en su concepción⁸⁸.

Em segundo categoria foram aquelas mulheres que de alguma forma acabaram presas e perseguidas por estarem vinculadas sentimentalmente ou afetivamente a um militante do sexo masculino.

Por violación de los torturadores quedé embarazada y aborté en la cárcel. Sufrí shocks eléctricos, colgamientos, pau-arara, submarinos, simulacro de fusilamiento, quemadura con cigarros. Me obligaron a tomar drogas, sufrí violación y acoso sexual con perros, la introducción de ratas vivas por la vagina y todo el cuerpo. Me obligaron a tener relaciones sexuales con mi padre y hermano que estaban detenidos. También a ver y escuchar las torturas de mi hermano y padre. Me hicieron el teléfono, me pusieron en la parrilla, me hicieron cortes con yatagán

Fui golpeada en diversas partes del cuerpo. Nuevamente fui manoseada y obligada a presenciar la tortura de mi esposo. Fui desnudada y amarrada a un catre metálico en el que fui golpeada. Estaba embarazada con 6 meses de gestación⁸⁹.

A mulher que passa pela violência sexual nas mãos do Estado, em cada faceta de sua existência ela estava a mercê do governo militar, seu futuro, sua família, sua sexualidade, seus sentimentos, sua identidade, e o sentido de si mesma. A tortura então é o método escolhido para convencê-las dessas verdades.

Nesse sentido é que Olivia Joffily aponta que é no contexto da tortura e das formas nas quais ela assume que as relações opressoras de sexo/gênero atingem seu ápice. Segundo a autora:

Evidentemente a tentativa de cisão entre o corpo e a mente por meio da intensa dor física e psicológica não se restringiu apenas às mulheres.

⁸⁷ BUNSTER; p. 47.

⁸⁸ Nubia Becker em entrevista concedida à rádio: CooperatividadCL. Publicada em 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.cooperativa.cl/noticias/pais/dd-hh/judicial/ex-detenido-en-villa-grimaldi-para-los-torturadores-las-mujeres-eramos-prostitutas/2012-01-18/110017.html> Acesso em: 03/08/2017.

⁸⁹ PEREZ, Lelia. Ex presa política. Militante do MIR. Tinha 16 anos quando foi torturada pelos miliares da DINA quando voltava da escola. O Testemunho concedido ao jornal *DiarioUchile* no dia 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://radio.uchile.cl/2013/09/03/violencia-sexual-contra-mujeres-en-dictadura-un-crime-invisibilizado/>

Ambas as categorias de sexo foram indiscriminadamente violentadas em sua integridade física e moral. No entanto, a torturas de cunho sexual foram preferencialmente aplicadas às mulheres, dado que merece uma análise mais profunda. Em primeiro lugar, vale lembrar que os torturadores eram, se não em sua totalidade, pelo menos em sua esmagadora maioria homens. E como, para eles, as mulheres das quais queriam obter informações eram “putas”, nada mais lógico do que alternar as sessões de tortura com violência sexual. A dor física, nesse caso, é acrescida de atos de natureza íntima, aumentando o sentimento de humilhação das vítimas⁹⁰.

O tormento da mulher torturada sexualmente é dolorosamente ampliado por meio dos mais cruéis e degradantes métodos de tortura consciente e sistemática dirigido a sua identidade sexual e a sua anatomia feminina. Os processos de encarceramento e tortura das mulheres prisioneiras políticas, representa a escravidão sexual feminina e sua forma mais repugnante e óbvia.

Essa questão pode ser refletida também na misoginia cristalizado e implementado por meio das estruturas militares de violência generalizada. Então, não são apenas militares fora de controle e com permissão de abusar sexualmente de uma mulher, mas sim serviços de segurança autorizados pelo Estado⁹¹. Isso, não deveria nos surpreender, uma vez que as forças armadas na maioria dos países da América Latina são por definição a instituição mais sexista e patriarcal de todas as instituições, que reforçam a subordinação ideológica feminina na família.

As mulheres comprometidas politicamente, assim como as mulheres ativas no sistema público social, que ousaram tomar o controle da sua própria vida lutando contra o regime opressor se transformaram em alvo da tortura sexual. A sequência atroz de atos cometidos sobre o corpo e mente das mulheres em cativeiro se oculta o esforço criminal de humilhar e degradar moral e fisicamente além de destruí-la dentro do ambiente social, cultura e familiar.

Nessas condições, seu sentido de dignidade e sua integridade ficam em pedaços quando em mãos do seu torturador se transformam, sem que ela queira, em observadora participante da destruição planejada e forçada da sua feminilidade culturalmente definida. Em todo sentido da palavra, em cada nível de seu ser, a invasão do torturador envolve uma desorientação radical.

[...]Se hacen bromas crueles sobre sus senos, sus marcas de nacimiento o cualquier cicatriz que tenga en el abdomen, dejada por una cesárea.

⁹⁰ JOFFLY, Olivia Rangel. Esperança Equilibrista. Resistência Feminina à Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985). São Paulo, 2005.

⁹¹ BUNSTER; p. 51.

Esta etapa de la tortura está marcada por la objetificación sádica que los captadores hacen de las mujeres que están a su merced⁹².

A violação sexual realizada de maneira coletiva, ou seja, por mais de um militar, contava com a cumplicidade masculina sobre a violência exercida. O abuso sexual faz parte de quase todas as torturas femininas, principalmente se a mulher tivesse entre 12 a 40 anos de idade⁹³.

Hacían una fila de militares y me obligaban a hacer contacto oral con todos ellos y eyaculaban en mi cuerpo y me bañaban de semen. Me cortaron el vientre con un yatagán (un cuchillo corvo) y también le hicieron tajos con hojas de afeitar en los senos y nos ponían adentro los cables eléctricos y alcohol⁹⁴.

O poder e a dominação são exercidos sobre as vítimas de escravidão sexual em uma situação de tortura, já que as mulheres não podem fugir ou tentar um contra-ataque, sua única salvação é resistir a exploração do seu corpo, essas degradantes sessões de tortura sexual muitas mulheres sofreram com hemorragias sem atenção médica.

Nem a “sagrada” maternidade foi obstáculo para a detenção e violação de mulheres grávidas. Quanto a isso, um país que cresceu com as raízes no catolicismo até hoje nunca se escutou uma condenação da Igreja Católica pelos abortos provocados pela ditadura. Ao contrário, o regime de Pinochet colocou o Chile entre os países em que o aborto é proibido em qualquer circunstância, inclusive em caso de estupro⁹⁵, decisão que até hoje provoca um embate político muito forte no país.

Dessa forma, o torturado reifica sua vítima, seja ela homem ou mulher. Mas no caso específico da mulher, os elementos libidinosos que são despertados pelo torturador libertam um dado cultural muito forte em todas as sociedades patriarcais: a disponibilidade do corpo feminino ao desejo masculino, mesmo que seja a força. Sobre isso, Joffilly expõe.

O prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. A ambiguidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como

⁹² BUNSTER; p. 53.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Nieves Ayres em entrevista concedida ao jornal *Clarín* no dia 12 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/Denuncian-torturas-sexuales-dictadura-chilena_0_BJCUX5w5DXe.html
Acesso em: 08/08/2017.

⁹⁵ É importante lembrar que no dia 19 de julho de 2017, em votação histórica de dois dias, o Senado Chileno aprovou um dos projetos de leis fundamentais do segundo Governo de Michelle Bachelet: a discriminação do aborto no caso de estupro. Até então o aborto só é legal nos casos de invisibilidade fetal e ricos de morte para a mãe.

um par, mas como um ser destrutivo de toda a dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo⁹⁶.

Outra informação perturbadora é o uso de animais nas torturas físicas e psicológicas feminina⁹⁷. A estabilidade emocional e a saúde física dessas mulheres foram seriamente abaladas, e as vezes destruída, pela introdução de ratos nos seus órgãos genitais, objetos como pedaços de pau e cassetetes ou outros tipos de instrumentos pesados também foram introduzidos durante a sessão de tortura.

Es cierta: a mí me tocó ser violada así, con ese animal; por eso, te lo puedo decir. Es una de las historias más terribles y dolorosas que yo sólo he podido enfrentar hace muy pocos años. Por mucho tiempo no pude sacarlo, me daba una vergüenza terrible. Ingrid dirigía al animal, mientras los otros torturadores obligaban a los detenidos a adoptar posiciones que facilitarían el abuso. Hombres y mujeres que pasaron por Venda Sexy⁹⁸ fueron víctimas de esta atrocidad. Nadie hablaba del tema en la casona; pero, tras las sesiones de tortura, las compañeras recibían a sus amigas con más ternura que de costumbre y las acurrucaban para que durmieran un rato. Con los días, se dieron cuenta de que quienes estaban a cargo del centro de detención disminuían las violaciones cuando las prisioneras estaban menstruando, así es que idearon un plan: las que estaban con el periodo o con una herida sangrante, dejaban un paño manchado en el baño, así la que ingresaba se lo ponía⁹⁹.

Essa constitui, evidentemente, uma das mais brutais e traumáticas experiências sofridas pelas mulheres na repressão. É difícil para uma sobrevivente desse tormento relatar seu ressentimento. Este rebaixamento moral, essa humilhação é uma experiência de grande degradação sexual.

Reforçando a ideia da escravidão sexual feminina na ditadura chilena. O regime militar – o estado patriarcal mais refinado – com sua necessária coerção para moldar os

⁹⁶ JOFFLY; p. 132.

⁹⁷ O trabalho de Nancy Guzmán, - *La mujer de los perros*, 2014 – fala justamente do adestramento de cachorros da raça boxer para a violação de mulheres nos centros de tortura chilenos. O livro conta a história de Ingrid Olderock, comandante de auto escalão da DINA pessoa de confiança de Manuel Conteras, general do Exército chileno, braço direito de Pinochet.

⁹⁸ *Venda Sexy* ou como também é conhecida *La Discotéque* era uma casa localizada no setor de Quilín em Santiago. Essa casa foi tomada pelos militares da DINA um ano após o golpe, e funcionou como lugar de detenção de agosto de 1974 até o início de próximo ano. Apesar de Venda Sexy funcionar paralelamente O nome Venda Sexy foi dado pelos detidos que chegavam nesse centro de tortura, pois eram levados até o local com uma venda e permaneciam com ela durante a sessão de tortura, que na sua grande maioria eram de cunho sexual. Talvez esse seja um dos fatores que tenha contribuído para que Venda Sexy fosse um dos últimos locais a ser inserido como Centro Clandestino de Detenção (CCD).

⁹⁹ PICARTE, Alejandra Holzapfel. Ex presa política, militante do MIR. Foi levada ao centro de detenção Venda Sexy em 1974 e 1975 onde foi violada por um cachorro. Testemunho concedido ao jornal *The Clinic Online*, em 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.theclinic.cl/2013/09/11/alejandra-holzapfel-y-la-vida-tras-las-torturas-y-las-aberraciones-sexuales-de-la-dictadura/>

seres humanos e as ideologias que vão apoiar sua autoridade, esse paradigma da escravidão sexual, e de violação de formas tão diversas como é possível imaginar.

Muitas outras formas de tortura foram utilizadas para degradar a mulher e sua anatomia feminina, choques elétricos nos seios, vagina, boca, ânus e diversas outras áreas do corpo, tapas, chutes e uma série de exercício constante de tortura provocam na mulher uma vergonha do seu próprio corpo, um sentimento de humilhação de desapropriação, como se nada no seu corpo pertencesse a ela, se quem quisesse pudesse abusá-lo sem seu consentimento, e com terrível sensação que estremece seu corpo como a sua mente e deixam cicatrizes muito difíceis de ser apagadas.

Durante mucho tiempo yo lo situé como, bueno, una tortura más. Pero la agresión sexual no es una tortura más. Porque... cómo te marca, el resto de tu vida, el resto de tus relaciones, el resto de tu sexualidad, de tu afectividad... Y desde dónde se hace. No se hace desde simplemente la búsqueda de la información, se hace desde otra parte, otra tribuna, que es el tema del machismo, del ejercicio del poder sobre la mujer¹⁰⁰.

Muitas sobreviventes da tortura psicológica e que sofreu violência sexual a mercê de seus torturadores autorizados, descrevem o impacto agonizante que produzem os gemidos e soluções de outras mulheres que eram estupradas em quartos próximos ou inclusive ao lado dela.

[..] Y cuando hacen estos simulacros y estás sola, el cuerpo anda por el otro lado, o sea, temblar, tiritar...No hay planes... ¡Hay mucho miedo! Yo me hecho pipí en mi primer interrogatorio. Lo que originó después mucha risas y me obligaran a limpiar los baños con inmersión de la cabeza¹⁰¹. [..]

Esse foi o caso da militante Nubia Becker Eguiluz, sobrevivente do Centro de Detenção Villa Grimaldi¹⁰². O seu livro – *Una Mujer en Villa Grimaldi, 2014*¹⁰³ – Sendo esse uma reedição do livro – *Recuedos de Una Mirista*, publicado originalmente em 1976, onde Nubia usou o pseudônimo de Carmem Rojas e contou com o apoio da Parque.

Becker apresenta um relato autobiográfico narrando sua experiência como vítima das mais diversas violações de direitos humanos. Esclarece que os dias que passou no

¹⁰⁰ Lelia Pérez em entrevista para a *radiotvmag* – *Para que Nunca Mas*” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tgiQzXHTA4&t=458s> Acesso em: 10/08/2017.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Villa Grimaldi foi invadida pela primeira vez, e no final de 1973 começou a ser usada pela DINA. De acordo com os testemunhos que haviam passado por Villa Grimaldi, cerca de 4.500 prisioneiras e prisioneiros, dos quais 236 foram assassinados ou se mantiveram como detidos desaparecidos. A violência sexual era um fato recorrente nesse Centro de Detenção. Em muitos momentos, o uso dessa violência não tinha o objetivo de tirar informações, mas também de provocar medo, humilhação e de reforçar a posição de poder desse sistema.

¹⁰³ BECKER; Nubia. *Una Mujer en Villa Grimaldi*, 2014.

local foram de extremo terror e de medo, chegou ao ponto em que ela não sentia mais dor, e quando sentia esse não era o tomento que mais a machucava, e sim a humilhação. Foi em Villa Grimaldi que militante diz ter descoberto que ser mulher é mais doloroso do que ela poderia pensar.

As marcas de uma sociedade machista expressada na ditadura, para Nubia não estão ao contrário do que muitos possam pensar, marcados no seu corpo, manuseado tantas vezes e exposto a várias agressões. A sociedade machista é sentida no ódio das palavras, na maneira em que humilham sua anatomia feminina, e o machismo sob um sistema autoritário é o pior dos machismos que se pode sentir¹⁰⁴.

O depoimento de Becker nos apresenta uma visão muito diferente sobre o que ela passou. A autora ao narrar sua trajetória como militante, dando ênfase na sua relação com a família, seu filho, a horrível sensação de assistir tortura de muitos companheiros, inclusive do seu esposo, como questão racial e de classe era um diferencial nos tipos de tortura (tortura de mulheres camponesas)¹⁰⁵.

O fato de Nubia não explora essas emoções, apenas as apresenta ajuda a compreendê-la como uma mulher comum, não uma heroína, uma mulher que foi a luta por seus ideais, que transgrediu seu papel feminino, e isso não pode ser apresentado apenas pelo viés centrado no sofrimento, no silenciamento, na violência, ou no estupro. Não que essas coisas não aconteçam (e é muito importante falar sobre isso), mas é um tanto problemático fazer disso uma essência. Houve muita diversidade, resistência, luta cotidiana e criatividade vividas por mulheres na ditadura chilena que também deve-se celebrar¹⁰⁶. Há muitas experiências distintas das quais é preciso aprender. Para Nubia a dor une, o sentimento de solidão se fortalece em militância, e isso não é um ato heroico, e sim humano. Para ela as pessoas não precisam buscar em seu relato sua dor, o seu sofrimento, pois esse é intransferível. A sua intenção é dar voz os milhares de mulheres que passaram pelo centro de detenção clandestino, que ela também esteve nessa situação,

¹⁰⁴ Idem; p. 88.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 47.

¹⁰⁶ Menção especial precisa ser feita as mulheres chilenas *Arpilleras*. Muitas denúncias sobre os problemas políticos e sociais enfrentados pelo Chile em ocasião ao regime totalitário de Pinochet foram feitas por essas mulheres. Trata-se de uma técnica têxtil elaborada com instrumentos campesinos. Através das *Arpilleras*, as mulheres têm contribuído ao testemunho, à memória, à resistência e à denúncia. Em particular me refiro às *Arpilleras* chilenas que iniciaram a técnica durante a ditadura militar, entre 1973 e 1989.

e que é preciso romper o silêncio, o medo e ser feliz.

Desse modo, vemos como a tortura sexual feminina se estende muito além da pessoa, passando por sua identidade feminina, até chegar na sua essência, por intermédio das formas seletivas em que uma mulher é torturada como prisioneira política. Assim, na medida em que se investiga a tortura sexual de prisioneiras no Chile, vem à mente muitas conexões, embora assustadoras, geográficas e temporais sobre a violência sexual contra mulheres em determinados contextos repressivos.

Então, a tortura sexual e de gênero se transforma em mecanismo fixo de tortura para alcançar o controle social de mulheres encarceradas que “extrapolavam” a noção de gênero feminino na sociedade da época.

As mulheres comprometidas politicamente se transformam em alvo de punição e de disciplinamento político, cujo o objetivo primordial é controlar esse deslocamento feminino para fora do fixo papel de mãe e esposa. Também é necessário destacar a função do sistema ideológico lançado durante a ditadura, pois essa ideologia contribuiu para legitimar e naturalizar a violência contra a mulher.

Em suma, a apresentação dos atos de violência naturalizada, e especificamente a tortura sexual como apenas os atos derivados de padrões violentos de construção da masculinidade, ignorou a importância da função política e controle social sobre as mulheres ante a violência de gênero. Casos de violência sexual com conotações de gênero, não pode ser entendida como um produto de forças irracionais, mas sim como a consequência lógica de um aparato repressivo de disciplinar mulheres através de uma ordem social da supremacia masculina, e na era da ditadura, a representação extrema mesclada de sexo com violência. Os conceitos de gênero e violência associados com estes, são agravados e exacerbados no contexto de conflito armado ou de estado de emergência, sem esquecer os fatores políticos e ideológicos gerais que apoiaram a execução de violência para a maioria da população.

No Chile, nos últimos anos, coletivos de mulheres passaram a lutar pelo reconhecimento da violência política sexual praticada na ditadura de Pinochet. Com a publicação do relatório Valech¹⁰⁷, que dedicou um capítulo específico ao tema violência

¹⁰⁷ Comisión Nacional sobre prisión política y tortura (Comisión Valech). Informe Comisión Nacional sobre prisión política y tortura. 2004. (Chile, Valech, 2004) CAPÍTULO V: Métodos de tortura: definiciones y testimonios - Violencia sexual contra las mujeres.

sexual contra as mulheres vítimas de tortura e prisão política, trouxe testemunho de mulheres e estabeleceu a violência sexual como parte da tortura praticada pelos militares¹⁰⁸.

Esses coletivos têm realizado campanhas para ampliar o conhecimento e o debate sobre a violência política sexual na sociedade chilena. No campo da justiça, as vítimas recebem o apoio de organismos da sociedade civil, como a *Corporación Humanas*. Na entrevista concedida à RLAJT, Daniela Quintanilla, advogada da organização, falou sobre o processo de articulação com as mulheres sobreviventes no contexto de discussão do Relatório Valech. A advogada relatou que, no início, foram realizadas ações comunicacionais com as mulheres e, na medida em que começaram a socializar suas demandas, mais mulheres se inseriam. Assim foi desenvolvido o trabalho conjunto, tendo em vista a apresentação das primeiras denúncias por violência sexual, em 2010:

Entonces comenzamos a articularnos junto con mujeres sobrevivientes que tenían un relato común desta forma específica de cómo se ejerció la tortura y la violencia contra las mujeres y comenzamos en un principio con un trabajo de documentación. Luego comenzamos a hablar los procesos judiciales que se habían iniciado y volvemos a ver como la violencia sexual es absolutamente invisibilizada. Entonces se presentan, en principio, cinco querellas de sobrevivientes sobre distintos hechos de violencia sexual que ocurrieron durante la dictadura para hacer en este testigo también al interior al órgano judicial para investigarnos como es la aproximación del tribunal a este tipo de crímenes¹⁰⁹.

Por fim, há muito a ser feito para que a violência sexual sofrida por mulheres e homens seja reparada judicialmente. Beatriz Bataszew em entrevista RLAJT, chamou atenção para a falta de reconhecimento da violência sexual nas decisões judiciais no Chile.

Hasta el día de hoy, no hay ninguna condena por tortura sexual o violencia política sexual, ninguna. Esa es la realidad. Ni siquiera como un agravante. Es decir, se menciona en el relato pero eso no tiene ninguna respuesta judicial, hasta el día de hoy¹¹⁰.

Desse modo, ocorre um processo ainda incipiente no reconhecimento judicial dos crimes sexuais praticados na ditadura chilena. A falta de apoio do Estado para a apresentação de denúncias é apontada como principal causa que dificulta o acesso à

¹⁰⁸ PAIVA, Claudia. Crimes Sexuais e Justiça de Transição na América Latina: Judicialização e Arquivos. 2016. p. 91.

¹⁰⁹ Idem; p. 92

¹¹⁰ Idem; p. 119.

justiça pelas vítimas. O Estado chileno apenas presta assistência jurídica e representa judicialmente os familiares das vítimas desaparecidas ou mortos¹¹¹. Houve esforço significativo dos governos democráticos, que como vimos ainda são insuficientes, mas que foi criada uma política de Estado que visa reconhecer efetivamente a violação dos direitos humanos das mulheres. O Entendimento político da violência de gênero contra a mulher durante a ditadura militar deu a obrigação do Estado de frear a impunidade em que esses crimes ocorreram, e incentivado a promoção expressa de mudanças culturais e legais nas políticas públicas, como meio de garantir o respeito os direitos à integridade e vida das mulheres em qualquer contexto ou situação social e política.

¹¹¹ Ibidem; p. 122.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisamos o quão violento foi o período da ditadura civil-militar chilena desde de seu início. Ao analisar a história de uns país Latino-Americano que se viu envolto de momentos políticos turbulentos, onde até hoje muito do que realmente aconteceu ainda é uma nuvem de mistério, torna qualquer trabalho desafiador.

A participação de agencias femininas e do movimento feminista no Chile nos anos 70 e 80 foram importantes para compreender qual foi a atuação que as mulheres tiveram frente ao regime autoritário instaurado no país.

Em um país governado por homens, eram apenas estes que acendiam, Às mulheres cabiam papeis sociais específicos: a mãe, dona de casa, filha, donzela inábil e desamparada. Neste cenário de ratificação a capacidade feminina, vimos que nem todas as mulheres se resignaram a condição à elas imposta. O movimento feminista no Chile reagiu, mas não com tanta força, lá o inimigo maior era a ditadura.

Para melhor compreensão dessa análise, foi preciso abordar certas questões referentes a exclusão das mulheres nos espaços públicos da sociedade do país e como isso resultou no movimento de negação e de afirmação à ditadura chilena. Não ignoramos aspectos pertinentes a politização feminina nas décadas anteriores da ditadura, movimento que foi imprescindível para compreender os enfrentamentos das mulheres na ditadura, na qual engrenaram a militância feminina e as reivindicações de espaços sociais que até então não haviam sido conquistados.

Comprendemos melhor a problematização do feminismo emergente, que segundo as teóricas utilizadas no trabalho foi um processo que acabou por apenas teorizar as carências das mulheres na sociedade, o que resultou em uma participação tardia das mulheres nas ruas enfrentando o autoritarismo. Essa é uma questão importante para analisarmos a fundamental participação do movimento de mulheres criando agentes de reivindicações de direito.

Contudo, foi necessário entender como se deu a participação feminina na ditadura chilena e de que maneira do Estado se comportou nesse momento, para melhor compreendermos de que forma se deu a violência política sobre as mulheres e consequentemente como essas agencias reconheceram essa violência política marcada pela questão de gênero.

Por fim, este trabalho procurou desmitificar a figura passiva da mulher, o sexo frágil entre outros estereótipos que estavam milenarmente atribuídos a figura feminina. O resgate histórico da luta dessas mulheres confrontando o autoritarismo é um processo importante para a compreensão da atuação feminina em contextos repressivos não só no Chile como em todo continente.

O patriarcado conseguiu mais uma vez semear a cizânia entre feministas, centrar a subjetivação sobre o sexo e a sexualidade. Conseguiu repor, portanto, nos corpos das mulheres seu fundamento e seus limites. A busca de raízes estruturais sustentou o feminismo na liberação dos moldes que lhes eram impostos. É tempo de retomar a ação radical para modificar as condições de produção das mulheres retransformadas em sexo.

Cabe a nós identificar e quebrar estas novas correntes¹¹².

¹¹² NAVARRO; Tania et al. O Patriarcado Rides Again. In: Mulheres e Violência. Interseccionalidades. p. 63.

REFERÊNCIAS

Sites Pesquisados:

<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html>

<http://www.bpdigital.cl/opac/?locale=es#indice>

<http://www.archivonacional.cl/616/w3-channel.html>

<http://villagrimaldi.cl/>

CLADEM: <https://www.cladem.org/es/nosotras>

CEMA: Centro de Estudios Miguel Enriquez. <http://www.archivochile.com/>

INSIGENAR: <https://insgenar.wordpress.com/about/>

VALDIVIESO; Daniel. **Ingrid Olderock, la entrenadora de perros.** [S.I.s.a]
Disponível em: https://www.historiaycultura.cl/observatorio/Olderock_HyC.pdf.

Gobierno Chile – Informe Retting: <http://www.gob.cl/informe-rettig/>

Bibliografía

ARROYO; Roxana, VALLADARES; Lola. **Derechos Humanos y Violencia Sexual Contra las Mujeres.** In: El Género en el Derecho, Ensayos Críticos. 397 – 491. [S.I.:s.n.].

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos.** São Paulo: Difusão Europeia. 1970.

BECKER; Nubia. **Una Mujer en Villa Grimaldi.** Editora Pehuen, Santiago – Chile. Edição Nº 1. 2011.

BUNSTER; Ximena. **Sobreviviendo Más Allá del Miedo.** Ediciones de las Mujeres Nº 15. Isis Internacional. Santiago, Chile. 1991.

CALVIN, Maria Eugenia; Matamala, Maria Isabel; Eguiguren, Pamela; Gálvez, Thelma; Berlagosky, Fanny; Díaz, Ximena; Iglesias, Margarita; Güida, Carlos; Hevia, Patricio Informe Monográfico 2007 – 2012. **Violencia de Género en Chile Observatorio de Equidad de Género en Salud (OEGS).** Santiago, Chile. Organización Panamericana de la Salud, 2013.

CARVALHO; Claudia Paiva. **Crimes Sexuais e Justiça de Transição na América Latina: Judicialização e Arquivos.** Tradução Nathaly Mancilla Ordenes e Camila Guedes. – Florianópolis: Tribo da Ilha; Belo Horizonte: Projeto Memorial da Anistia; Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT); Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFMG),

Universidade de Brasília (UnB), 2016. 491p. tradução Nathaly Mancilla Ordenes e Camila Guedes. – Florianópolis: Tribo da Ilha; Belo Horizonte: Projeto Memorial da Anistia; Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT); Centro de Estudos sobre Justiça de Transição, Universidade Federal de Minas Gerais (CJT/UFMG), Universidade de Brasília (UnB), 2016.

COJEAN; Annick. **O Harém de Kadafi**. Tradução: Saulo Krieger. Editora Versus. Campinas, SP. 2013.

CONTREIRAS; Janaína Athaydes. **Terrorismo de Estado e Violência Sexual na Ditadura Brasileira (1964 – 1985)**, 2015. Monografia. Departamento de História, IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2015.

ELTIT; Diamela. **Cronica del Sufragio Femenino em Chile**. Publicação patrocinada por: *Servicio Nacional de la Mujer – SERNAM*. Santiago, Chile. 1994.

GUZMÁN; Nancy. **La mujer de los perros**. Editora: Ceibo. Investigación I.S.B.N.: 978-956-9071-88-1 Formato: 15 x 23 cm PP: 177 Ilust: si 1a edición: septiembre 2014.

JOFFILY; Olivia Rangel. **Esperança Equilibrada: Resistência Feminina à Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985)**. Tese de Doutorado do departamento de Ciências Sociais da PUC-SP. 2005.

KIRKWOOD; Julieta. **Feminismo y Participacion Politica em Chile**. Falcultad Latinoamericana de Ciencias Sociales; FLACSO – Santiago, Chile. Nº 159. Octubre de 1982.

_____. **La Politica del Feminismo en Chile**. Falcultad Latinoamericana de Ciencias Sociales; FLACSO – Santiago, Chile. Nº 183. Junio de 1983.

MIRA, Claudia Fedora Rojas. **Poder, Mujeres y Cambio en Chile (1964 – 1973): Un Capítulo de Nuestra Historia**. Tese de Mestrado do Departamento de História da Universidad Autónoma Metropolitana UAM. México, DF. 1990.

NAVARRO; Tania et al. **O Patriarcado Rides Again**. In: Mulheres e Violência. Interseccionalidades. Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela, -- Brasília, DF. 2017.

PALESTRO; Sandra et al. **Violencia Sexual en la Tortura Contra: Un silencio con Historia**. In: Mujeres y Vilencia: Silencio y Resistencias. Red Chilena contra la Violencia Doméstica y Sexual. Malaquías Concha 043, Ñuñoa-Santiago, Chile.

_____. - **Mujeres en Movimiento 1973 – 1989**. Documento de Trabajo FLACSO - Programa Chile Serie: Estudios Sociales No 14. Santiago, Septiembre 1991.

PASTOR, Pilar Pascual et al. (Orgs). **La Violencia Contra las Mujeres**. Editora: Universidad Jaume I, Fundación Isonomia. Colección año: 2468. [S.L].

_____. - La Violencia Sexual de Género. In: PASTOR, Pilar Pascual et al. (Orgs). **La Violencia Contra las Mujeres**. Editora: Universidad Jaume I, Fundación Isonomia. Colección año: 2468. [S.L].

PERROT; Michelle. **Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros.** Editora: Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo. Edição N°: 7. 2017.

PÉREZ; Victoria A. Ferrer, FIOL; Esperanza Bosch. **El papel del movimiento feminista en la consideración social de la violencia contra las mujeres: el caso de España.** Mujeres en Red. El Periódico Feminista. Artículo publicado en la revista Intervención Psicosocial. Revista de igualdad y calidad de vida, volumen 9, número 1, páginas 7-19. [S.a.].

PUNTES, Celia, CASTRO; Fernando. **La Mujeres como Sujetos Emergentes en la Era de la Globalización: Nuevas Modalidades de Violencia y Nuevas Formas de Ciudadanía.** N° 117. Organización: Catálogo de publicaciones de la Administración General del Estado. Santiago, Chile. [S.n].

PISANO; Margarida. **Cuadernos Casa de la Mujer: La Morada. Reflexiones Feministas.** Santiago – Chile. 1990. Editora: Estudios Radio Tierra.

ROJAS; Carmen. **Los Recuerdos de Una Mirista** – 1976*, Edición mimeografiada. Impresión: José Miguel Bravo. Santiago de Chile. 1995.

SEGATO, Laura Rita. **Las Nuevas Formas de la Guerra y el Cuerpo de las Mujeres.** 1ª Edición Puebla: Pez en el árbol, 2014.

VALDÉS; Teresa E. **Las Mujeres y la Dictadura Militar en Chile.** In: Programa FLACSO – Santiago, Chile. N° 94. Marzo 1987.